

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

LARISSA DE ASSIS NUNES

**UMA ANÁLISE DA REFERÊNCIA A GÊNERO E SEXUALIDADE NOS DOCUMENTOS
INSTITUCIONAIS VINCULADOS AO MOVIMENTO ESCOTEIRO – UM BREVE ESTUDO**

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

LARISSA DE ASSIS NUNES

**UMA ANÁLISE DA REFERÊNCIA A GÊNERO E SEXUALIDADE NOS
DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS VINCULADOS AO MOVIMENTO ESCOTEIRO
– UM BREVE ESTUDO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Teorias e culturas em educação

Orientador: Prof. Dr. José Luís Schifino Ferraro

PORTO ALEGRE
2024

Ficha Catalográfica

N972a Nunes, Larissa de Assis

Uma análise da referência a gênero e sexualidade nos documentos institucionais vinculados ao movimento escoteiro - um breve estudo / Larissa de Assis Nunes. – 2024.

62.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Schifino Ferraro.

1. Movimento Escoteiro (ME). 2. Escotismo. 3. Coeducação. 4. Gênero. I. Ferraro, José Luís Schifino. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao meu orientador José Luís Schifino Ferraro e a professora Edla Eggert por toda a paciência e persistência desde o início até o final desta árdua caminhada acadêmica, por acreditarem em mim e no meu trabalho sempre, muito obrigada.

À minha família, meu namorado Pedro Oliveira, e minha amiga Melissa Lemos por todo o incentivo, carinho e compreensão ao longo dessa trajetória, um agradecimento muito especial.

Aos meus amigos e colegas pelo apoio ao longo desse caminho.

À Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e aos seus professores, por todo ensinamento e partilha ao longo desses anos.

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

A dissertação em questão analisou referências acadêmicas e institucionais relacionadas aos temas de gênero, sexualidade, e coeducação dentro do Movimento Escoteiro. Utilizando uma abordagem de revisão da literatura a partir da seleção das referências supracitadas, a metodologia aplicada foi a análise documental, com o objetivo de examinar os documentos coletados. O estudo focou no posicionamento atual dos Escoteiros do Brasil relacionadas a homoafetividade e as identidades de gênero dos jovens participantes. As categorias de análise incluíram (I) identidade de gênero, (II) o papel da mulher no escotismo e (III) a coeducação no movimento escoteiro, buscando elucidar como o escotismo brasileiro tem abordado esses temas e suas implicações sócioeducacionais implicadas ao debate sobre gênero. A análise revelou que, apesar da adoção de políticas mais inclusivas pelo Movimento Escoteiro, como o uso do nome social e a promoção de um ambiente acolhedor para identidades de gênero diversas, a implementação dessas políticas enfrenta desafios consideráveis. A inclusão de jovens transgêneros e a valorização da diversidade de gênero são avanços importantes, mas a prática cotidiana ainda é marcada por resistências culturais. A categoria (I) identidade de gênero foi central na análise, destacando que, apesar dos progressos realizados, a igualdade de gênero continua sendo um desafio. A categoria (II) o papel da mulher no escotismo revelou complexidades e tensões dentro do movimento, especialmente em relação à inclusão de mulheres e jovens LGBTQIAPN+ no movimento escoteiro. Por sua vez, a categoria (III) coeducação, que permitiu a participação de meninas e mulheres no movimento, foi identificada como uma conquista histórica, mas também como uma área de tensões. Embora meninos e meninas participem das atividades juntos, a coeducação não conseguiu eliminar as barreiras que limitam o protagonismo feminino. Mulheres ainda enfrentam obstáculos significativos para assumir papéis de liderança e frequentemente se deparam com normas tradicionais de gênero. Em que pese, o escotismo esteja buscando uma adaptação às novas demandas sociais, foi evidenciado que a inclusão *queer* tende a se restringir a medidas superficiais, sem mudanças profundas nas práticas culturais e pedagógicas. A aceitação das subjetividades *queer* exige uma reestruturação do Movimento Escoteiro para garantir que as identidades LGBTQIAPN+ sejam efetivamente integradas e respeitadas. As análises sobre a evolução das práticas de coeducação e das políticas de inclusão LGBTQIAPN+ no escotismo mostram um movimento que, apesar dos avanços em direção à igualdade, ainda enfrenta barreiras culturais e estruturais. Para que o escotismo se torne um espaço verdadeiramente inclusivo e equitativo em termos de gênero, é necessária uma revisão contínua de suas práticas e um compromisso mais profundo com a desconstrução de normas tradicionais que perpetuam estereótipos de gênero. Conclui-se que o Movimento Escoteiro tem o potencial para se converter em um ambiente inclusivo e diverso, no entanto, a transformação cultural necessária para alcançar esse objetivo demanda esforços contínuos e estruturais. Quando a coeducação e a inclusão das subjetividades LGBTQIAPN+ são implementadas, o escotismo se potencializa para se tornar um modelo de educação voltado à diversidade e à igualdade de gênero, promovendo a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

Palavras-chave: Movimento Escoteiro (ME); Escotismo; Coeducação; Gênero.

ABSTRACT

The dissertation in question analyzed academic and institutional references related to the themes of gender, sexuality, and coeducation within the Scout Movement. Using a literature review approach based on the selection of the aforementioned references, the methodology applied was documentary analysis, aiming to examine the collected documents. The study focused on the current stance of the Scouts of Brazil regarding homoaffectivity and the gender identities of young participants. The analysis categories included (I) gender identity, (II) the role of women in Scouting, and (III) coeducation in the Scout movement, seeking to elucidate how Brazilian Scouting has addressed these themes and their socio-educational implications in the gender debate. The analysis revealed that, despite the adoption of more inclusive policies by the Scout Movement, such as the use of social names and the promotion of a welcoming environment for diverse gender identities, the implementation of these policies faces considerable challenges. The inclusion of transgender youth and the valorization of gender diversity are important advances, but daily practice is still marked by cultural resistance. The category (I) gender identity was central to the analysis, highlighting that, despite progress, gender equality remains a challenge. The category (II) the role of women in Scouting revealed complexities and tensions within the movement, especially regarding the inclusion of women and LGBTQIAPN+ youth in Scouting. In turn, the category (III) coeducation, which allowed girls and women to participate in the movement, was identified as a historic achievement but also an area of tension. Although boys and girls participate in activities together, coeducation has not succeeded in eliminating the barriers that limit female protagonism. Women still face significant obstacles in assuming leadership roles and often encounter traditional gender norms. Although Scouting is seeking to adapt to new social demands, it was shown that queer inclusion tends to be restricted to superficial measures, without deep changes in cultural and pedagogical practices. The acceptance of queer subjectivities requires a restructuring of the Scout Movement to ensure that LGBTQIAPN+ identities are effectively integrated and respected. The analyses of the evolution of coeducation practices and LGBTQIAPN+ inclusion policies in Scouting show a movement that, despite progress toward equality, still faces cultural and structural barriers. For Scouting to become a truly inclusive and equitable space in terms of gender, continuous revision of its practices and a deeper commitment to deconstructing traditional norms that perpetuate gender stereotypes are necessary. It is concluded that the Scout Movement has the potential to become an inclusive and diverse environment; however, the cultural transformation needed to achieve this goal requires continuous and structural efforts. When coeducation and the inclusion of LGBTQIAPN+ subjectivities are implemented, Scouting becomes empowered to serve as a model of education focused on diversity and gender equality, promoting the development of more conscious and engaged citizens.

Key words: Scouting Movement (ME); Scouting; Coeducation; Gender.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - CARACTERIZAÇÃO DA METODOLOGIA	16
FIGURA 2 - ESTADO DO CONHECIMENTO	17
FIGURA 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE	34

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	TEMA, QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA	8
1.2	UM POUCO DA HISTORIA DO MOVIMENTO ESCOTEIRO	12
1.3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
2	O PROJETO EDUCATIVO DO ESCOTISMO NO BRASIL.....	20
2.1	PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS	21
2.2	O MÉTODO EDUCATIVO DO MOVIMENTO ESCOTEIRO	22
2.3	O IMPACTO EDUCATIVO	23
2.3.1	Mulheres no ME: Um Movimento para Pensar a Co-Educação no Escotismo ...	24
2.3.2	O posicionamento dos escoteiros do Brasil sobre a homoafetividade de 2015	27
2.3.3	Resolução DEN 4/2021 do uso do nome social no movimento escoteiro	28
2.4	SUBJETIVIDADES <i>QUEER</i>	30
3	ANÁLISE INTRODUTÓRIA DE ALGUMAS CATEGORIAS NO ESTUDO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO.....	34
3.1	DAS CATEGORIAS DA ANÁLISE.....	34
3.2	O PAPEL DAS MULHERES NO ESCOTISMO.....	39
3.3	IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESCOTISMO.....	42
3.4	A CO-EDUCAÇÃO NO ESCOTISMO.....	46
4	REPENSANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO: CONCLUSÕES E POSSIBILIDADES	52
	REFERÊNCIAS.....	55
	ANEXOS.....	59

1 INTRODUÇÃO

Ao meu olhar, gosto de pensar que minha trajetória na educação começou desde criança, quando ingressei no movimento escoteiro. O escotismo me fez percorrer por diversos caminhos ao longo da vida, me fazendo crescer e amadurecer de maneira diferente em relação a outras crianças e jovens. Ao vivenciar múltiplas culturas e o contato com diferentes pessoas, pude perceber a diversidade existente na nossa sociedade que possibilitou que eu exercesse de maneira mais efetiva minha cidadania.

Minha relação com o movimento escoteiro iniciou com a minha mãe grávida de mim, na qual a mesma já participava das atividades, juntamente com meus irmãos. Por consequência de toda a minha família estar inserida neste espaço, considero que já nasci dentro do movimento escoteiro, o mesmo fazendo parte da minha vida desde sempre. Com aproximadamente 2 anos, minha mãe começou a me levar nos acampamentos, e aos poucos fui participando ativamente das atividades. Com o auxílio de minha irmã mais velha, aos 4 anos aprendi a ler e escrever, e por minha mãe ser professora, a mesma levava livros, atividades e desafios para eu solucionar em casa, juntamente de minha irmã, que sempre me auxiliava nas atividades escolares e do escoteiro. Aos seis anos ingressei oficialmente sendo lobinha, e por já estar alfabetizada, segundo relatos da minha família, eu era uma ótima líder e ajudante. Ao mesmo tempo que gostava de liderar os grupos de amigos na infância, também era sempre a primeira criança a oferecer ajuda e apoio aos colegas, e também as professoras e chefes, sempre bastante solícita. Também, fui uma criança que, por já estar alfabetizada, terminava as tarefas muito rápido, tanto na escola como no grupo escoteiro. E, após terminar as atividades, adorava conversar e ajudar meus amigos, sempre esse o maior motivo de ser chamada a atenção, as conversas paralelas. Porém, apesar de muitas conversas, minha família sempre relatou que a organização sempre fez parte da minha rotina, talvez por realizar múltiplas atividades desde criança. A partir disso, iniciou-se uma grande trajetória, passando por todas as etapas do movimento escoteiro, me desenvolvi e cresci vivenciando momentos diferentes, atividades ao ar livre, aprendendo a me desenvolver independentemente, entre outras coisas. Também, como citado acima, aprendi bastante acerca de lideranças e a conviver com múltiplas diversidades, o que corroborou significamente para o meu desenvolvimento e formação.

Ao entrar na adolescência, mais desafios surgiram. Mais atividades, mais grupos de amigos tanto dentro como fora do movimento escoteiro, somados com a independência começaram a surgir, e assim, a organização se fez mais necessária. Uma cobrança excessiva e a tentativa de fazer tudo com excelência surgiram na época de adolescente, na qual eu sempre quis ser uma aluna nota 10, somada com uma escoteira nota 10. Os aprendizados oriundos do Movimento Escoteiro sempre manifestaram-se claramente para mim, porém, ao enfrentar desafios eles aparecem de maneira mais assertiva. Seja na solução de problemas, como na organização do meu tempo e afazeres, sempre recordo-me dos ensinamentos que meus chefes me passaram ao longo da minha jornada como escoteira.

Durante a minha adolescência, ao pensar na difícil tarefa de qual curso escolher para o ensino superior, vi o escotismo presente em minha vida mais uma vez. Sempre fui bastante indecisa, e nessa decisão tão incisiva não poderia ser diferente. Alguns dos pensamentos que tive para tomar essa decisão foram o de lembrar quais momentos me via extremamente feliz, realizando atividades prazerosas e que me veria passando muitas horas fazendo. Ao pensar nesses pontos, logo pensei em cursar licenciatura em biologia, pois eu adorava estar na natureza, adorava liderar e ensinar aos meus amigos dentro do meu grupo escoteiro, sempre sendo algo prazeroso e gratificante para mim.

Com isso, em 2016 iniciei minha primeira graduação no curso de Ciências Biológicas na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), pude conhecer a área em questão de maneira mais ampla. Neste período, posso afirmar que minha formação como professora iniciou “de verdade”, ainda no ano de 2018, quando tive uma oportunidade de realizar um estágio em uma Escola Municipal de Porto Alegre para trabalhar com educação especial. Esta inserção no ambiente escolar permitiu que eu pudesse ter certeza sobre o caminho profissional que eu iria seguir começando pela minha formação em um curso de licenciatura, quando imergi no mundo da educação, conhecendo teorias e aprendizagens desta área.

Com o tempo, fui percebendo que o curso de licenciatura em Ciências Biológicas não era suficiente. Foi quando decidi ingressar no curso de Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) um pouco antes de ser aprovada na seleção para o Mestrado em Educação da PUCRS onde comecei a ter contatos com teorias críticas e pós-críticas em educação, sendo uma delas a relação da teoria *queer* com um currículo. Ao tomar conhecimento de algumas pesquisas cujo enfoque eram as subjetividades

femininas no interior do movimento escoteiro, aventei a possibilidade de realizar uma pesquisa no Mestrado em Educação uma pesquisa onde pudesse problematizar em seu interior as subjetividades LGBTQIAPN+.

Nestes termos, acredito que um estudo sobre a relação dos sujeitos LGBTQIAPN+ e seus corpos *queer*, considerando a realidade do escotismo pode ser relevante para no interior do campo da educação tensionar as relações que envolvem a corporeidade, o disciplinamento e as diferentes formas de se expressar na sociedade.

1.1 TEMA, QUESTÃO E OBJETIVOS DA PESQUISA

O escotismo é um movimento internacional organizacional sem fins lucrativos, é o maior movimento juvenil do mundo, composto por mais de 57 milhões de membros. O mesmo é voltado para jovens com o apoio de adultos voluntários, visando o desenvolvimento pessoal de indivíduos entre 6,5 e 21 anos incompletos, iniciado na Inglaterra desde o final do século XIX. Conhecido como Movimento Escoteiro (ME) está baseado em Programas Educativos que abordam diferentes áreas do crescimento individual, tendo como principal objetivo a formação de melhores cidadãos para mundo. O Programa Educativo foi desenvolvido para se integrar ao cotidiano dos jovens, atendendo às suas necessidades de crescimento e ao ambiente em que se desenvolvem, adaptando-se a diferentes realidades e respeitando sua autonomia. O Programa Educativo dos Escoteiros do Brasil é o conjunto de ideias e princípios fundamentais que conferem identidade e propósito à organização, definindo uma proposta educativa e os meios necessários para alcançá-la. Em essência, é uma declaração que justifica a existência do ME. Este Projeto fundamenta o ME, oferecendo uma visão geral dos elementos-chave que definem o movimento. Sua estrutura apresenta o ME como uma proposta de educação para a vida, atualizando as definições e convicções fundamentais para o mesmo. Também, leva em consideração as principais tendências da juventude no Brasil, os desafios globais e o compromisso dos Escoteiros do Brasil com a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o desenvolvimento global. Somado a isso, dentro do Programa Educativo entende-se que a educação é um processo que se estende ao longo da vida e que promove o desenvolvimento integral e permanente do potencial dos jovens, como indivíduos e como membros da sociedade. Dentro dessa proposta educativa, o ME busca ajudar na construção de um mundo melhor, através de uma

sociedade mais justa, solidária e equitativa, onde as pessoas se realizem como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade (UEB, 2021a).

O ME proporciona, de forma progressiva, oportunidades para que crianças, adolescentes e jovens cresçam como pessoas, desenvolvendo-se como indivíduos responsáveis, solidários, autônomos e comprometidos, de acordo com um sistema de valores baseado na Lei e Promessa Escoteira. O ME colabora de maneira determinante para a aquisição de competências para a vida, tais como autonomia, autoconfiança, determinação, liderança, respeito pela diversidade, habilidades para lidar com a complexidade, entre outros. O Programa Educativo citado acima é voltado para as crianças e jovens do escotismo, sendo os mesmos separados por Ramos, de acordo com sua faixa etária explícita abaixo:

- a) Ramo Lobinho: 6,5 à 10,5 anos;
- b) Ramo Escoteiro: 10 à 14 anos;
- c) Ramo Sênior: 15 à 17 anos;
- d) Ramo Pioneiro: 18 à 21 anos incompletos.

Ao completar 21 anos os jovens tornam-se adultos voluntários, se assim desejarem. Dentro de um grupo escoteiro cada Ramo é voltado para a formação dos jovens, trabalhando as mais diversas áreas, com o objetivo de formar melhores cidadãos. No Ramo Lobinho (Ramo [...], 2024b) aprende-se muito sobre a vida em meio à natureza, sobre trabalhar e viver em equipe e desenvolver a socialização. O Ramo tem este nome pois o mesmo inspira-se no Mowgli, o menino lobo como o principal marco simbólico. Juntos todos formam uma alcatéia, que são divididos em pequenas equipes chamadas de matilhas. Durante a permanência no Ramo Lobinho, as crianças participam principalmente de jogos e brincadeiras, vivenciam aventuras e aprendem sobre a importância de realizar boas ações diariamente. Também, as mesmas são estimuladas a sempre fazer o Melhor Possível, que é o lema dos Lobinhos e Lobinhas. Antes de completar 11 anos, as crianças são encaminhadas ao Ramo Escoteiro através de uma cerimônia de passagem.

Entre 11 e 14 anos, os jovens pertencem ao Ramo Escoteiro (Ramo [...], 2024a). Nele, formam equipes de 5 a 8 jovens, meninos e meninas, que juntas constituem uma tropa. Nesse Ramo, além de aprender a trabalhar em equipe e a respeitar a natureza, os

jovens adquirem conhecimentos e habilidades que lhes tornam mais confiantes e decididos. Ainda no Ramo Escoteiro, os jovens participam de atividades como acampamentos e excursões, sempre sob a orientação de adultos, e agora, juntamente com o lema “Sempre Alerta”, os jovens escoteiros buscam explorar novos territórios. Antes de completar 15 anos, vivem um período de transição para o Ramo Sênior, que culmina novamente com uma Cerimônia de Passagem, marcando uma despedida da tropa escoteira.

Seguindo, o Ramo Sênior é composto por jovens de 15 a 17 anos (Ramo [...], 2024d). Nesta fase, normalmente os jovens já conhecem melhor uns aos outros, aceitam as suas particularidades e diferenças de forma mais natural e estão começando a entender melhor sua própria personalidade, características a serem exploradas no Ramo. Neste Ramo, a exploração se transforma em desafios pessoais, e os jovens são incentivados a enfrentar e superar esses desafios. As atividades propostas para o Ramo Sênior desafiam e incentivam os jovens a superar dificuldades, seja escalando montanhas, explorando novas tecnologias, acampando por vários dias, fazendo trilhas, aprendendo novas habilidades e muito mais. Quando completam 17 anos, e no máximo antes de fazermos 18, os jovens se despedem da tropa sênior e ingressam no Ramo Pioneiro, após, novamente, a realização de uma Cerimônia de Passagem.

A partir dos 18 anos e até os 21 incompletos, os jovens integram o Ramo Pioneiro (Ramo [...], 2024c). Nesse período, os mesmos formam o clã, onde nos se apoiam mutuamente e descobrem interesses em comum. Neste Ramo, o lema é o “Servir”, já que vivem uma aventura que vai além do simbólico ou imaginário, assumindo um papel real de adultos por meio do serviço e das atividades de desenvolvimento comunitário. No clã, existe bastante liberdade, mas também entende-se a responsabilidade que isso implica – são os jovens os responsáveis pela organização das próprias atividades. Esse é um momento de transição para a vida adulta, em que concluí-se a formação de valores e princípios. Mesmo no clã, os jovens já podem iniciar a atuação como adultos voluntários em outros Ramos e participar ativamente das comunidades. Ao se aproximarem dos 21 anos, é o momento de encerrar a jornada como jovens no Movimento Escoteiro. A Cerimônia de Partida marca essa transição, podendo ser seguida por uma nova etapa como voluntário, escotista ou dirigente, se assim desejarem.

Em seu surgimento, o ME era voltado apenas para homens, sendo hoje uma das maiores agregações juvenis do mundo, abrigando toda e qualquer pessoa que queira fazer

parte dele. É a partir disto que, nos últimos anos, a temática da diversidade vem sendo debatida de forma significativa não apenas fora, mas principalmente dentro Movimento Escoteiro; seja pela sua significância, seja pelo número de jovens que se reconhecem LGBTQIAPN+ em sua trajetória de vida.

Levando em consideração as informações a partir das quais é possível depreender que no passado jovens eram separados por gênero dentro do Movimento, é possível inferir que os sujeitos LGBTQIAPN+ em sua inserção no interior do escotismo sejam pouco compreendidos. Sendo assim, é importante ressaltar que a representatividade e identidade de gênero é relevante para jovens que se sentem desconfortáveis em ambientes disciplinares rígidos e arquitetados a partir de padrões heteronormativos (Escotismo, 2020). Logo, salienta-se que em que pese no surgimento do Movimento Escoteiro ele era apenas voltado para rapazes, hoje o mesmo é considerado um movimento juvenil aberto para todos os gêneros e raças.

Considerando a presença ubíqua de sujeitos LGBTQIAPN+ no interior das unidades escoteiras, os mesmos se tornam acessíveis participantes de pesquisa – ao mesmo tempo em que são objetos dela. Na esteira desta realidade que não dispõe de um número expressivo de publicações sobre a relação LGBTQIAPN+/escotismo – mas apresenta mais referências ao debate relacionado as questões de gênero e sexualidade – a dissertação apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: **como se materializam as publicações em relação ao gênero e à sexualidade, junto ao processo de coeducação no interior do Movimento Escoteiro a partir de produções acadêmicas e institucionais?** Assim, o objetivo geral do projeto é o de **analisar as referências selecionadas em relação ao gênero, à sexualidade e ao processo de coeducação nos documentos que se referem ao tema no Movimento Escoteiro a partir de produções acadêmicas e institucionais.**

A partir disto, se destacam os seguintes objetivos específicos:

- a) Realizar uma revisão de literatura sobre o tema da investigação.
- b) Identificar categorias de referência em relação ao gênero, à sexualidade nos documentos do Movimento Escoteiro.
- c) Debater as categorias em relação ao gênero, à sexualidade e a coeducação nos documentos do Movimento Escoteiro.

1.2 UM POUCO DA HISTORIA DO MOVIMENTO ESCOTEIRO

O Movimento Escoteiro – fundado em 1907 por Robert Baden-Powell, na Inglaterra – configura-se como um movimento educacional voltado para jovens, com o auxílio de adultos voluntários. Além de ser considerado como uma organização sem fins lucrativos, caracteriza-se como um espaço de educação não formal cujo Programa Educativo volta-se, especificamente, para seis áreas de desenvolvimento dos jovens: físico, intelectual, social, afetivo, espiritual e de caráter. Cabe ressaltar que o trabalho educativo efetuado sobre cada uma destas áreas está embasado em características específicas de cada faixa etária.

No início, o Movimento Escoteiro foi montado com base em práticas descritas no livro *Scouting for boys* (1907), de Baden-Powell, que descreveu diversas atividades que poderiam ser desenvolvidas por *equipes de meninos*¹, voltadas para seu autodesenvolvimento praticando principalmente atividades ao ar livre (Escotismo [...], 2017). No dia 1º de agosto de 1907, Robert Baden-Powell – posteriormente conhecido como BP - levou 20 meninos para a Ilha de Brownsea, no Canal da Mancha, para realizar o primeiro acampamento escoteiro do mundo. Esse acampamento foi a maneira que BP encontrou para testar suas primeiras ideias. Durante oito dias, ele ensinou esses rapazes sobre a vida em equipe, acampamento, fogueiras, jogos, rastreamento, observação e dedução, técnicas de primeiros socorros, alimentação e boas ações. Essa variedade de práticas visava tornar os jovens mais independentes e habilidosos ao voltarem para casa. O sucesso do acampamento foi surpreendente, e no início do ano seguinte, Baden-Powell lançou seis edições do guia *Scouting for boys*, sem imaginar que estava fundando o maior movimento educacional juvenil do mundo. A procura pelos livros foi tão grande que gerou a formação de Tropas Escoteiras em todo o mundo.

Diante dessa expansão inesperada do ME, BP deixou o exército e se dedicou plenamente ao Escotismo, sua "segunda vida", como o mesmo chamava. Ele passou a viajar por vários países para orientar a criação e o desenvolvimento das associações escoteiras, com o objetivo de transformar o ME em uma grande fraternidade global (Oliveira, 2011; Escoteiros [...], 2024). A partir disto, o ME se espalhou pela Europa e

¹ As equipes de meninos são denominadas de patrulhas no Movimento Escoteiro.

em 1910 a prática do escotismo já havia chegado ao Brasil, onde foi também criado o Movimento dos Bandeirantes para meninas (Santos; Bezerra; Andrade, 2018). O livro é considerado uma iniciativa base ao surgimento do Movimento Escoteiro e por muitos anos influenciou adolescentes ao redor do mundo a formarem as primeiras Tropas Escoteiras. Mais especificamente, logo após o acampamento de Brownsea, Baden Powell foi abordado por mulheres que já se autodenominavam escoteiras e pediram para ser incluídas no movimento. Naquela época, isso não era possível, então foi criado, por Agnes, irmã de BP, um grupo paralelo ao Movimento Escoteiro, chamado Guidismo. Em 1916, as mulheres passaram a integrar o escotismo, embora suas atividades fossem distintas; elas podiam participar apenas na idade adulta, assumindo a liderança das alcateias.

Em 1928, Olave Baden-Powell e Agnes Baden-Powell (esposa e irmã de BP, respectivamente) fundaram a Associação Mundial de Guias e Escoteiras (WAGGGS). Esta associação se tornou uma referência mundial, responsável por oferecer assistência as mulheres no ME (Costa, 2021). Na Inglaterra, profundamente influenciada pela cultura vitoriana, o movimento das bandeirantes precisou se adaptar devido à resistência enfrentada pelas meninas que desejavam participar de atividades tradicionalmente associadas aos meninos. O escotismo já desafiava os papéis de gênero estabelecidos ao propor que homens realizassem tarefas consideradas femininas, como cozinhar, costurar, lavar e limpar. Contudo, integrar mulheres ao acampamento e às aventuras desconhecidas representava um desafio considerável para a época (Santos; Feldens, 2013b).

Durante esse processo, BP casou-se com Olave, que mais tarde se tornaria referência como Chefe Mundial do Movimento Escoteiro. O casal teve três filhos e, para expandir o escotismo, viajaram ao redor do mundo. A cada momento, o movimento escoteiro continuava a crescer e se espalhar globalmente. Concomitantemente com o seu surgimento, em 1914, deu-se início a Primeira Guerra Mundial. Com isso, muitos escoteiros foram convocados para ajudar nos hospitais de campo, enquanto outros foram para as trincheiras para combate. A perda de muitos escoteiros em combate levou BP a reafirmar que o escotismo era um movimento de paz, destinado a promover a paz em todo o mundo. Com o fim da Guerra, em 1920, BP promoveu o primeiro encontro mundial do ME, o Jamboree. Após anos de dedicação ao ME, BP e sua esposa foram morar no Quênia, em 1937, quando o mesmo tinha 80 anos. Em 1941, o mesmo veio a falecer.

A partir de 1920, treze anos após sua fundação, o escotismo passou a ser misto e a promover atividades voltadas a meninos e meninas mutuamente, ou seja, numa ideia de educação voltada a permitir a inter-relação entre homens e mulheres, bem como partisse de princípios de igualdade (Santos; Feldens, 2013b). Esse conceito de coeducação visa promover transformações na aplicação do método escoteiro, que, até então, era direcionado exclusivamente aos meninos. Era necessário, portanto, adotar uma abordagem de educação mútua, que envolvesse tanto meninas quanto meninos. A partir disso, pode-se ter uma perspectiva crítica em relação as concepções de gênero, resultando em uma impossibilidade de uma sexualidade natural, colocando em questão as categorias de “homem” e “mulher”. De acordo com Jacques Derrida, nossa linguagem social opera em binarismos, de modo no qual o hegemônico somente se constrói em uma oposição substancial a algo inferior e subordinado. Pode-se citar um exemplo utilizado pelo autor dos sujeitos *queer*, pois o mesmo diz que a heterossexualidade somente existe em oposição à homossexualidade, percebendo a mesma como algo negativo e inferiorizado (Miskolci, 2007).

Atualmente, o ME é conduzido na perspectiva da coeducação, entendida como:

[...] um processo pelo qual meninos e meninas, rapazes e moças, vivenciam um mesmo plano educacional para um melhor e mais harmônico desenvolvimento da personalidade, favorecendo a educação recíproca e levando em consideração as realidades locais e pessoais, tendo presentes os Princípios, o Propósito e o Método Escoteiro (Escoteiros do Brasil, 2013, p.30).

O escotismo segue desde o início com uma proposta de atividades ao ar livre para grupos de jovens de diferentes faixas etárias divididos em pequenos grupos, realizando diversas atividades cuja finalidade é empoderá-los, desafiando-os a se tornarem pessoas melhores e cidadãos ativos para atuação no contexto social. Por meio de um Programa Educativo, da Lei e da Promessa, o escotismo é hoje um dos maiores movimentos de educação não formal do mundo.

A proposta educativa do escotismo busca a promoção e o desenvolvimento integral e permanente do potencial de cada indivíduo e da sua atuação na sociedade, desenvolvendo-se como pessoas mais responsáveis e comprometidas. O Projeto Educativo (UEB, 2021a) baseia-se em um conjunto de ideias que coincidem com o propósito da organização, justificando o motivo da existência da mesma. É nele que são encontrados os fundamentos do Movimento Escoteiro, no qual pode-se visualizar os

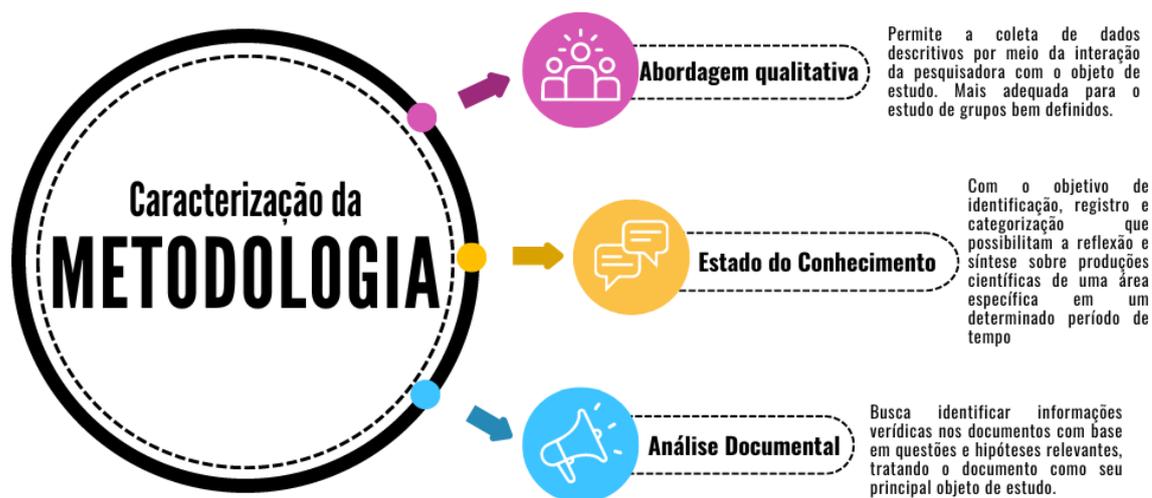
elementos-chave que o caracterizam. Sua estrutura apresenta a proposta educacional do Movimento Escoteiro como uma educação para a vida, além de considerar também o compromisso dos Escoteiros do Brasil com as tendências da juventude no país e os desafios globais. Somando a isso, o Projeto Educativo também descreve um conjunto de características que retrata um perfil de pessoas desejáveis para permanência no Movimento Escoteiro (UEB, 2021a).

A abordagem educacional do Movimento Escoteiro é concretizada por meio do Método Educativo Escoteiro, abrangendo um sistema educacional original que opera através da aproximação dos jovens com os aprendizados esperados que eles adquiram. O Método citado trabalha com alguns elementos interdependentes que juntos formam um conjunto unificado e integralizado. Dentre esses elementos, estão incluídas a Promessa e Leis Escoteiras, que podem ser definidas como o compromisso voluntário e pessoal de cada indivíduo que se compromete com o Movimento. A Promessa Escoteira pode ser definida como um conjunto de valores inclusivos e compartilhados, sendo esses à base de todas as coisas que o Escoteiro faz e de como ele quer ser. Através dela, cada indivíduo toma sua própria decisão de adotar a Lei Escoteira, comprometendo-se a “fazer o melhor possível” – lema utilizado como código de comportamento social e individual -, assumindo um comprometimento de responsabilidade pelo seu desenvolvimento pessoal.

As Leis Escoteiras atuam em conformidade com a Promessa Escoteira, sendo elas o local no qual o escotismo propõe seus valores universais de modo concreto e prático. Os valores contidos na Promessa e Leis Escoteiras moldam as pessoas através de seu comportamento e compõem uma parte determinante do desenvolvimento das seis áreas de desenvolvimento dos jovens, evidenciando os princípios básicos e fundamentais do Movimento Escoteiro.

1.3 METODOLOGIA DA PESQUISA

FIGURA 1 – CARACTERIZAÇÃO DA METODOLOGIA



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

No intuito de analisar as referências selecionadas em relação ao gênero, à sexualidade, ao *queer* e ao processo de coeducação no interior do Movimento Escoteiro a partir de produções acadêmicas e institucionais, utilizei uma abordagem qualitativa nesta pesquisa de dissertação. Segundo Bogdan e Biklen (1994), essa abordagem possibilita a coleta de dados descritivos através da interação da pesquisadora com o que foi definido como o objeto de estudo. Nessa perspectiva, enfatiza-se mais o processo do que o resultado final, com o objetivo principal de destacar a visão dos indivíduos participantes.

Bogdan e Biklen (1994) utilizam a expressão investigação qualitativa como:

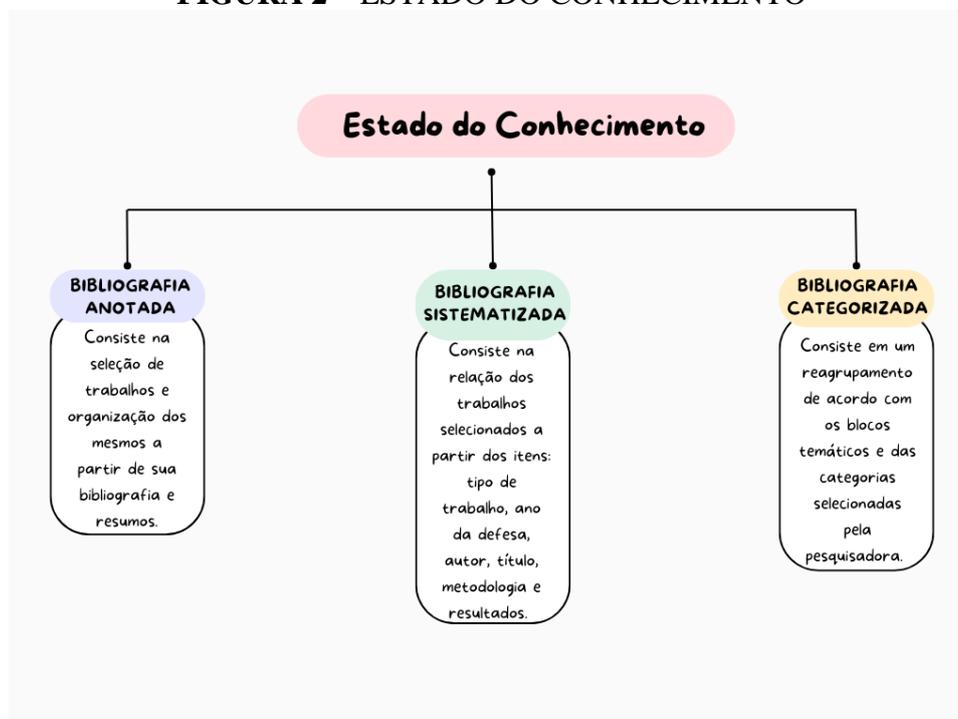
[...] um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham de determinadas características. Os dados recolhidos são designados

por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas [...] (Bogdan e Biklen p. 16).

Além disso, Günther (2006) menciona que a pesquisa qualitativa é especialmente útil para entender realidades complexas e relações interpessoais, que não podem ser explicadas apenas através do isolamento de variáveis, como é comum em pesquisas quantitativas. Nesse sentido, Minayo (2007) reforça essa visão ao destacar que as pesquisas qualitativas são aplicáveis ao estudo das relações, representações, crenças, percepções e opiniões, que são frutos das interpretações individuais sobre suas experiências e pensamentos. O autor também aponta que as abordagens qualitativas são mais adequadas para investigações científicas que focam em grupos específicos e segmentos bem definidos (Minayo, 2007).

Com o objetivo de mapear os estudos e produções científicas realizadas acerca das temáticas “Movimento Escoteiro e Subjetividades *Queer*”, foram exercidas buscas nos repositórios acadêmicos, afim de elaborar pré-categorias de análise que possam subsidiar o a dissertação em questão (Figura 2).

FIGURA 2 – ESTADO DO CONHECIMENTO



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Para isso, foi posta em prática a metodologia do estado do conhecimento, que de acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 102) é a: “[...] identificação, registro,

categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”. A finalidade do estado de conhecimento é sistematizar as informações previamente adquiridas sobre um tema de estudo específico, com o intuito de evitar a redundância de dados, possibilitando também a identificação das lacunas existentes relacionadas aos temas que necessitam de uma maior investigação.

Seguindo a metodologia proposta, foram realizados os seguintes passos ao longo da pesquisa: bibliografia anotada, sistematizada e categorizada. A etapa denominada de bibliografia anotada consta de uma relação (a partir de uma tabela) das teses e ou dissertações selecionadas e organizadas por referência bibliográfica completa e respectivo resumo. Após, a bibliografia sistematizada se constitui da relação dos trabalhos de teses ou dissertações a partir dos seguintes itens: número do trabalho, ano da defesa, autor, título, nível, metodologia e resultados. Por fim, para a bibliografia categorizada, é necessário um reagrupamento em uma tabela segundo os blocos temáticos que representam as categorias de análise.

A pesquisa no repositório foi realizada sem a determinação de um período de tempo, tendo em vista a escassez de trabalhos com este assunto em específico. No entanto, a seleção dos trabalhos deu-se considerando o intervalo entre 2012 até 2022. Utilizou-se como principal descritor o termo “*queer*”, combinando então com os termos escotismo e movimento escoteiro, da maneira a seguir: “queer + escotismo”; “queer + movimento escoteiro”; “queer + gênero + sexualidade”. Com a dificuldade de encontrar trabalhos que tratavam diretamente com o tema proposto, foram resgatados trabalhos somente da busca básica, sem utilização de maiores filtros além da data. Após leitura flutuante e filtragem dos documentos, foram selecionados 5 trabalhos (Anexo A) que teriam contribuição efetiva para a realização da temática do trabalho.

A presente dissertação buscou utilizar como principal metodologia a análise documental – que visa identificar informações factuais nos documentos com base em questões e hipóteses de interesse – trata o documento como seu principal objeto de estudo. A análise documental é, segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que utiliza métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos de diversos tipos”. Portanto, essa análise pode ser aplicada a uma ampla gama de fontes e tipos de documentos, não se limitando apenas a textos escritos. Além

de livros e artigos com tratamento analítico, a definição de documentos abrange também leis, fotografias, vídeos, jornais, entre outros que podem ser utilizados como objetos de estudo. A abundância de informações que pode ser extraída e recuperada dos documentos justifica seu uso em diversas áreas das Ciências Humanas e Sociais. Isso porque esses documentos permitem uma compreensão mais profunda de temas que requerem contextualização histórica e sociocultural.

Entrando especificamente no conceito de prática metodológica, Guba e Lincoln (1981) descrevem a Análise Documental como um exame detalhado e extenso de diversos materiais, que ainda não foram usados em análises anteriores ou que podem ser reavaliados para buscar novas interpretações ou informações adicionais. Esse processo é realizado por meio da análise de documentos. Além disso, de acordo com Cellard (2008), a Análise Documental contribui para o desenvolvimento e a evolução do grupo em estudo.

De acordo com Lüdke e André (1986), a análise documental é adequada nas seguintes situações: quando o pesquisador deseja investigar o problema com base na própria expressão dos indivíduos; quando há dificuldades de acesso aos dados; ou ainda, quando se pretende confirmar e validar informações obtidas por outros métodos de coleta, como entrevistas, questionários ou observações.

2 O PROJETO EDUCATIVO DO ESCOTISMO NO BRASIL

Lançado oficialmente em 2021, o Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil tem como propósito a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, oferecendo-lhes ferramentas fundamentais para se tornarem cidadãos engajados e conscientes em suas comunidades. Baseado em valores éticos e humanistas, o escotismo se destaca como um movimento de educação não formal que complementa a formação proporcionada por outros agentes educativos, como por exemplo a família e a escola (UEB, 2021a).

Desde sua criação, o escotismo tem como objetivo principal a formação completa dos jovens, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo moderno. Esse objetivo é abordado por meio de três dimensões: a educação integral, a educação permanente e a educação para a vida.

O conceito de educação integral adotado pelo escotismo considera todos os jovens, individualmente, como um ser único e complexo, cuja totalidade deve ser contemplada, levando em conta todas as dimensões de sua personalidade – física, intelectual, afetiva, social, espiritual e de caráter. O escotismo, portanto, adota uma abordagem holística da educação, visando o desenvolvimento pleno das potencialidades de cada jovem, respeitando suas individualidades e ritmos de crescimento. A educação integral é crucial para que o jovem se sinta parte de seu ambiente, desenvolva um senso de responsabilidade e faça contribuições significativas para a sociedade.

Em um mundo em constante transformação, a concepção de educação permanente é fundamental para o projeto escoteiro. A educação não deve se restringir a um período específico da vida, mas deve se estender ao longo de toda a existência do jovem, permitindo-lhe adaptar-se continuamente às novas realidades. O escotismo proporciona uma estrutura que incentiva a aprendizagem sucessiva, motivando os jovens a buscar novos conhecimentos e a desenvolver habilidades que os capacitem a contribuir de maneira construtiva para a sociedade. Além disso, o escotismo valoriza as competências adquiridas por meio da educação não formal, promovendo parcerias com outras formas de educação para ampliar as oportunidades de aprendizado ao longo da vida.

A educação proporcionada pelo escotismo vai além da mera preparação para o mercado de trabalho, focando no desenvolvimento de habilidades para uma vida plena e saudável. A partir de uma perspectiva humanista, o escotismo vê o jovem em toda a sua complexidade e busca maximizar seu potencial, capacitando os mesmos a contribuir de

forma criativa e ativa para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Dessa forma, a educação para a vida abrange o aprimoramento de capacidades físicas, emocionais e sociais, preparando os jovens para enfrentar os desafios do cotidiano e exercer a cidadania de maneira efetiva.

2.1 PRINCÍPIOS E VALORES FUNDAMENTAIS

Os princípios que sustentam o ME são fundamentados em um sistema de valores éticos que guiam o comportamento de todos os seus membros e determinam o estilo de vida promovido pelo escotismo. Esses princípios estão profundamente conectados à Promessa e à Lei Escoteira, que formam o código de conduta adotado voluntariamente pelos jovens ao ingressarem no movimento.

O escotismo incentiva o desenvolvimento da espiritualidade dos jovens, adotando uma abordagem ampla e inclusiva que não está obrigatoriamente vinculada a uma religião específica. No ME, o compromisso espiritual envolve orientar a vida por princípios que vão além do material, encorajando os jovens a viver de acordo com suas próprias crenças e principalmente a respeitar as crenças dos outros. Essa esfera espiritual é fundamental para cultivar uma ética pessoal que orienta as decisões e ações dos jovens ao longo de sua vida.

A responsabilidade social é um dos alicerces fundamentais do escotismo. O movimento estimula os jovens a se engajarem ativamente na criação de uma sociedade mais justa, solidária, igualitária e sustentável. O respeito pela natureza também é de grande importância central, com o escotismo promovendo uma relação harmoniosa entre o ser humano e o meio ambiente. As atividades ao ar livre, que são uma característica essencial do escotismo, são empregadas para fortalecer essa conexão com a natureza e para cultivar uma consciência ambiental crítica nos jovens.

O escotismo incita os jovens a se tornarem protagonistas de seu próprio desenvolvimento, assumindo a responsabilidade por suas escolhas e pelo seu crescimento pessoal. Esse compromisso pessoal inclui o desenvolvimento de habilidades de autogestão, autonomia e a capacidade de elaborar e seguir um projeto de vida fundamentado em valores éticos e uma visão otimista do futuro.

2.2 O MÉTODO EDUCATIVO DO MOVIMENTO ESCOTEIRO

O Método Educativo é o suporte para o surgimento do programa educativo dos Escoteiros do Brasil. Esse método baseia-se em um sistema de autoeducação progressiva, no qual cada jovem é incentivado a assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, tornando-se o principal protagonista e agente de seu processo educativo. O método é estruturado em torno de oito elementos-chave, que juntos formam um sistema coeso e eficaz de educação.

A Promessa e a Lei Escoteira são os pilares éticos do movimento, definindo um conjunto de valores universais que orientam o comportamento dos jovens. Ao fazer a Promessa, o jovem se compromete voluntariamente a adotar a Lei Escoteira como um código de conduta, guiando suas ações e decisões de acordo com esses valores.

No escotismo, o aprendizado é promovido através da experiência prática, onde ação e reflexão são combinadas em um processo contínuo de crescimento. Atividades práticas como acampamentos, jogos e desafios servem como ferramentas para o desenvolvimento das competências dos jovens, permitindo que eles aprendam por meio de experiências diretas e significativas.

A progressão no escotismo é individualizada, permitindo que cada jovem avance no seu próprio ritmo, de acordo com suas habilidades e interesses. O sistema de progressão é baseado em desafios e recompensas, incentivando os jovens a buscar constantemente seu autodesenvolvimento.

O trabalho em equipe é um aspecto central do escotismo. Os jovens são agrupados em pequenas equipes, onde desenvolvem habilidades de colaboração, liderança e responsabilidade compartilhada. Esse sistema de equipes fomenta a cooperação, o espírito de grupo e a capacidade de liderança, preparando os jovens para trabalhar juntos em busca de objetivos comuns.

No escotismo, os adultos desempenham o papel de facilitadores do processo educativo, oferecendo suporte emocional, educacional e avaliativo. A relação entre jovens e adultos é fundamentada no respeito mútuo e na parceria, com os adultos ajudando a orientar e apoiar os jovens em suas jornadas de aprendizado, enquanto promovem a autonomia e o desenvolvimento da liderança dos jovens.

O escotismo utiliza uma série de símbolos e histórias para criar uma identidade comum e transmitir valores educativos de forma envolvente. Esses marcos simbólicos

ajudam a construir um senso de pertencimento e coesão entre os membros do movimento, ao mesmo tempo em que estimulam a criatividade e a imaginação dos jovens.

As atividades ao ar livre são um componente essencial da metodologia escoteira, oferecendo um ambiente ideal para o desenvolvimento integral dos jovens. O contato com a natureza é valorizado não apenas por promover a saúde física e mental, mas também por fomentar uma consciência ambiental e um compromisso com a sustentabilidade.

O escotismo encoraja os jovens a se envolverem ativamente em suas comunidades, promovendo a cidadania global e o serviço ao próximo. O engajamento comunitário é considerado uma maneira de os jovens aplicarem na prática os valores aprendidos no escotismo, contribuindo assim para a construção de um mundo melhor.

2.3 O IMPACTO EDUCATIVO

O Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil (UEB, 2021a) tem um impacto significativo e extenso na educação. Por meio de uma abordagem integral, o escotismo visa preparar os jovens para enfrentar os desafios contemporâneos com segurança, habilidades e um sólido senso de ética. Ao participar do escotismo, os jovens adquirem habilidades e valores que os capacitam a se tornarem líderes em suas comunidades, agirem de maneira responsável e contribuir para uma sociedade mais justa e sustentável.

O Projeto Educativo também é notável por seu compromisso com a inclusão e a diversidade. O escotismo é um movimento acessível a todos os jovens, independentemente de suas origens sociais, étnicas ou religiosas, e promove ativamente a igualdade de oportunidades. Ao valorizar a diversidade, o escotismo contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, proporcionando a todos os jovens a chance de alcançar seu máximo potencial.

Também, o escotismo capacita os jovens a se tornarem cidadãos globais, cientes de sua responsabilidade no mundo e comprometidos com a paz, a justiça e a sustentabilidade. Por meio das atividades escoteiras, os jovens são estimulados a pensar criticamente sobre questões globais e a participar ativamente na busca de soluções para os problemas enfrentados em suas comunidades e no planeta.

O Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil (UEB, 2021a) oferece uma proposta educativa abrangente e atualizada para enfrentar os desafios do século XXI. Ao integrar uma metodologia inovadora com princípios éticos firmes, o escotismo proporciona uma

educação que transcende os limites da sala de aula, preparando os jovens para todos os aspectos da vida. O impacto desse projeto vai além dos participantes diretos, gerando efeitos positivos nas comunidades e na sociedade como um todo.

Por meio de sua abordagem inclusiva e integral, o escotismo não apenas desenvolve cidadãos conscientes e engajados, mas também desempenha um papel importante na criação de um mundo mais justo, solidário e sustentável. Dessa forma, o escotismo reafirma sua importância como um movimento educativo crucial para o crescimento integral dos jovens e para a construção de um futuro mais promissor.

2.3.1 Mulheres no ME: Um Movimento para Pensar a Co-Educação no Escotismo

O movimento feminista inicialmente lutava pela garantia de direitos iguais aos dos homens, incluindo acesso ao trabalho, jornadas de trabalho reduzidas e liberdade sexual, entre outros. Apesar das importantes conquistas obtidas, muitas mulheres ainda enfrentam desafios significativos em termos de reconhecimento social e financeiro nos mais diversos campos da nossa sociedade. Apesar das dificuldades enfrentadas, o feminismo no Brasil alcançou conquistas significativas e é inegável sua importância como movimento social. No entanto, a obtenção de direitos iguais não encerrou a opressão feminina, como era esperado. Embora muitos avanços tenham sido feitos, também houve erros que devem ser analisados e utilizados de forma construtiva. Esses erros podem servir como guias para definir o caminho a seguir e identificar o que deve ser evitado, ajudando as mulheres a superar a crise de identidade gerada pelas mudanças sociais e culturais. As lutas femininas para garantir o espaço da mulher na sociedade moderna promoveram discussões mais amplas sobre o tema. Essa perspectiva, que tem sido amplamente abordada por estudiosos e algumas feministas, busca uma compreensão mais profunda e abrangente das questões de gênero e das mudanças necessárias para alcançar a igualdade (Amorim, 2011). Toda a luta feminina pode ser resumida na busca incansável por igualdade de direitos com os homens. Essa jornada visa garantir que as mulheres tenham acesso às mesmas oportunidades e condições que os homens, refletindo um esforço contínuo para a equidade em todas as esferas da vida. E, no ME não poderia ser diferente.

Durante o processo de surgimento e concretização do escotismo, a sociedade passava por forte cargas culturais e moralizantes, somada a uma grande repressão moral

presente na Era Vitoriana. Com isso, Baden-Powell criou o movimento bandeirantes para a inserção das mulheres, buscando a exclusão das mesmas do movimento escoteiro. O escotismo desde sempre buscou romper a cultura social dos papéis de gênero, ao sugerir que homens cozinhassem, costurassem, e fizessem tarefas denominadas femininas, porém introduzir as mulheres nos acampamentos e aventuras dos homens foi um processo bastante complexo. No Brasil, o escotismo iniciou no Rio de Janeiro, em 1910, já sendo bastante comum na Inglaterra. A partir deste ano, o escotismo começou a se espalhar por todo território brasileiro. Com o passar dos anos, as mulheres foram inserindo-se cada vez mais no movimento escoteiro, ocupando os mais diversos espaços e posições. Desde 1915, o escotismo brasileira faz referências a presença das mulheres dentro do movimento, e, entre 1915 e 1950 a co-educação começou a surgir em alguns grupos escoteiros. Entre 1979 e 1985 o processo de co-educação foi oficialmente implementado no Movimento Escoteiro Brasileiro, passando assim a comportar meninos e meninas atuando de maneira mista dentro dos grupos escoteiros.

Inicialmente, ao pensar em co-educação dentro do movimento escoteiro, encontraram-se barreiras nos enquadramentos da sociedade, que pensava somente em ambiente masculinos, não enxergando necessidade de abrir espaço para as mulheres. A principal justificativa para implementar um processo misto dentro do escotismo foi o ambiente familiar, buscando maior participação das famílias nas tomadas de decisões, tendo em vista que em casa a convivência sempre foi mista.

Entre 1979 e 1985 a co-educação foi gradualmente implementada no escotismo brasileiro, porém, o papel da mulher estava principalmente voltado à formação de caráter e bons cidadãos, frisando que as mulheres precisam ser boas esposas e boas mães, delimitando seu papel dentro do movimento escoteiro. Nesta época, os grupos escoteiros poderiam integrar as meninas de três modos distintos: a primeira, com seções masculinas e femininas separadas, podendo eventualmente realizar atividades em conjunto; a segunda, com meninos e meninas na mesma tropa, porém separados em patrulhas ou matilhas por sexo; e a terceira, em seções mistas, nos quais as equipes poderiam ser mistas, com equilíbrio entre meninos e meninas, e também composta por uma chefia mista.

Ao que diz respeito à história da educação juntamente com o movimento escoteiro, o mesmo é estudado como uma educação militar, porém o escotismo busca por diversas formas afastar-se desse estereótipo. É importante englobar as múltiplas

possibilidades do método educativo escoteiro, e não focar somente em um aspecto de sua origem, tendo em vista que o mesmo encontra-se como o maior movimento de educação não formal do mundo.

A inserção da mulher no movimento escoteiro deu-se de modo semelhante na escola, relacionando a mesma com o seu instinto maternal e enquadrando a mulher em papéis sociais. Também, todo o papel social referido a mulher não estava relaxionado a saber e/ou produtividade, mas somente as duas atribuições femininas maternais, do lar e do cuidado. Todos os papéis e delimitações dados a mulher controlavam a mesma para que cumprisse o que era entendido como função feminina. Os arranjos sociais são orquestrados de forma a hierarquizar os gêneros e manter a caracterização do feminino na penumbra (Santos, 2013b).

No decorrer dos anos, juntamente com a política e a religião, o processo de co-educação aos poucos foi sendo instaurado nas escolas, permitindo uma educação mista, voltada a meninos e meninas juntos na sala de aula, apesar de não ser obrigatório. Entretanto, o conceito de co-educação não está somente nas aulas mistas, mas sim na permissão de interrelação e de princípios de igualdade entre homens e mulheres.

Atualmente, a mulher contemporânea busca incessantemente sua independência permeada das imposições sociais, buscando atuar em áreas que antes não eram permitidas e lutando por seus direitos. Como principal objetivo do trabalho, o presente buscou pensar na inserção e presença da mulher dentro do movimento escoteiro. Para isso, o mesmo buscou analisar documentos que relatam a co-educação no escotismo, bem como bibliografias que demonstram o papel histórico da mulher na educação, como citado acima.

O movimento escoteiro, bem como a escola, são locais de exclusão e da diferença, são espaços que não foram pensados para a inserção da mulher. Apesar de abrir espaço para uma educação mista, ele nunca foi um espaço no qual a sociedade introduzia a mulher. Entretanto, o ambiente do escotismo deve proporcionar um espaço de educação não formal plural, desfavorecendo o enquadramento das pessoas do que podem ser ou não ser, levando em consideração todas as realidades e permitindo que todos os jovens e adultos sejam eles mesmo, buscando eliminar os preconceitos e abranger as diversidades.

2.3.2 O posicionamento dos escoteiros do Brasil sobre a homoafetividade de 2015

O documento "Posicionamento Oficial sobre Homoafetividade", elaborado pelos Escoteiros do Brasil, é uma declaração significativa que demonstra o compromisso da organização com a inclusão e o respeito à diversidade (Escoteiros do Brasil, 2015).

O documento começa destacando a dimensão educacional do ME, que tem como objetivo principal o desenvolvimento do caráter dos jovens (Escoteiros do Brasil, 2015). Esse desenvolvimento é fundamentado nos princípios de valorização dos direitos humanos, respeito às diferentes perspectivas e à diversidade. Esse compromisso é evidente na postura dos Escoteiros do Brasil em reconhecer e respeitar as variadas formas de afetividade, incluindo as relações homoafetivas.

Os Escoteiros do Brasil manifestam uma postura contrária a qualquer forma de discriminação, incluindo a homofobia. Considerada incompatível com os princípios do Movimento Escoteiro, que preza pela tolerância e pelo respeito às diversas formas de pensar, a homofobia é rejeitada. O documento ressalta que comportamentos discriminatórios devem ser abordados por meio de medidas educativas, em consonância com os valores de respeito e inclusão que orientam o escotismo (Escoteiros do Brasil, 2015).

Somado a isso, o Posicionamento (Escoteiros do Brasil, 2015) ressalta que todas as relações afetivas, sejam elas homoafetivas ou heteroafetivas, são respeitadas dentro do Movimento Escoteiro. Essa postura inclusiva se aplica tanto aos membros jovens quanto aos voluntários adultos, demonstrando um compromisso explícito com a igualdade de tratamento e a criação de um ambiente seguro e acolhedor para todos os participantes.

Outro ponto importante do documento é a inclusão do tema da homoafetividade no Programa Educativo dos Escoteiros do Brasil, abordado de maneira apropriada para cada faixa etária (Escoteiros do Brasil, 2015). A abordagem diferenciada para os Ramos Lobinho, Escoteiro, Sênior e Pioneiro evidencia a sensibilidade da organização em lidar com temas complexos e significativos de maneira pedagógica, ajustada às necessidades e realidades de cada grupo etário de jovens.

O documento também destaca a importância de revisar e adaptar regularmente os conteúdos de formação para adultos, assegurando que os valores da instituição permaneçam alinhados com as novas realidades e demandas sociais. Essa dedicação à atualização contínua reflete o compromisso dos Escoteiros do Brasil em se manter

relevante e em sintonia com as transformações sociais, especialmente no que tange aos direitos humanos e à diversidade.

O "Posicionamento Oficial sobre Homoafetividade" dos Escoteiros do Brasil (2015) marca um avanço importante na promoção da inclusão e do respeito à diversidade sexual dentro da organização. Ao condenar a homofobia e garantir o respeito às relações homoafetivas, o documento reafirma os princípios fundamentais do Movimento Escoteiro, como a tolerância, o respeito e a valorização dos direitos humanos. A inclusão desse tema tanto no Programa Educativo quanto na formação de adultos fortalece o compromisso da organização em formar cidadãos conscientes e engajados na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3.3 Resolução DEN 4/2021 do uso do nome social no movimento escoteiro

A **Resolução DEN 4/2021** da União dos Escoteiros do Brasil (UEB) é um regulamento que define as diretrizes para o uso do nome social por indivíduos transgêneros, transexuais e travestis associados à organização. Este documento é importante porque demonstra o compromisso da UEB com a inclusão, o respeito à diversidade e a promoção dos direitos humanos no escotismo, um movimento educacional global voltado para o desenvolvimento completo dos jovens (UEB, 2021b).

A resolução está inserida em um contexto de crescente reconhecimento dos direitos das pessoas LGBTQIA+, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Brasil, [2024]), em seu artigo 1º, inciso III, define a dignidade da pessoa humana como um dos pilares do Estado. Além disso, o artigo 3º estabelece que um dos objetivos fundamentais do país é construir uma sociedade livre, justa e solidária, promovendo o bem-estar de todos e combatendo preconceitos relacionados a origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação.

Além disso, a resolução menciona documentos internacionais, como as resoluções da Assembleia Geral da ONU de 2011 e o relatório "Nascidos Livres e Iguais – Orientação Sexual e Identidade de Gênero no Regime Internacional dos Direitos Humanos", publicado em 2012, que reforçam a proteção dos direitos da população LGBTQIA+ dentro do contexto dos Direitos Humanos. Esses marcos legais e normativos servem de

base para a UEB na implementação de práticas inclusivas e respeitosas em relação à identidade de gênero de seus membros.

O escotismo, enquanto movimento educacional, tem uma longa tradição de formação de caráter e desenvolvimento de valores em jovens. Ao permitir o uso do nome social, a UEB mostra seu empenho em ajustar suas práticas educativas para atender às necessidades de uma sociedade em constante evolução. A resolução não apenas enfatiza a importância de respeitar a identidade de gênero, mas também contribui para criar um ambiente seguro e acolhedor para todos os seus membros.

A inclusão do nome social nos registros e documentos oficiais da UEB, como contratos de trabalho voluntário, certificados, atas e outros, é um passo crucial para garantir que os associados sejam tratados com o respeito e a dignidade que merecem. Esse reconhecimento formal do nome social é essencial para o bem-estar psicológico e social das pessoas trans, ajudando-as a se sentir verdadeiramente integradas e valorizadas no ambiente escoteiro.

A resolução descreve os procedimentos necessários para a implementação do uso do nome social. Um dos aspectos mais importantes é a exigência de que os sistemas de registro da UEB e outros sistemas eletrônicos incluam um campo específico para o nome social, que deve ser claramente distinguido do nome civil. Isso assegura que o nome pelo qual a pessoa se identifica seja usado prioritariamente, respeitando assim sua identidade de gênero (UEB, 2021b).

Também, a resolução trata de casos específicos, como a exigência de autorização dos pais ou responsáveis para que membros juvenis com menos de 18 anos possam utilizar o nome social. Isso reflete a sensibilidade da UEB para as questões legais e familiares que envolvem menores de idade, assegurando que o processo seja conduzido de forma apropriada e respeitosa (UEB, 2021b).

A implementação da resolução é meticulosamente planejada, com a UEB definindo um prazo de 120 dias para atualizar todos os documentos e sistemas eletrônicos conforme o novo normativo. Esse período permite que a instituição realize as modificações necessárias de maneira organizada, assegurando que todas as diretrizes sejam seguidas corretamente.

A **Resolução** vai além de um mero regulamento administrativo. Ela reflete o compromisso da instituição com a promoção da dignidade humana e dos direitos

fundamentais. Ao garantir o uso do nome social, a UEB reforça sua missão educacional de moldar jovens com caráter, respeitando as diferentes formas de pensar e viver.

Este documento exemplifica como organizações sociais podem e devem se ajustar às necessidades de uma sociedade plural e diversa, promovendo a inclusão e o respeito a todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero. Além disso, a resolução funciona como um modelo para outras instituições que desejam assegurar um ambiente seguro e acolhedor para todos os seus membros.

A implementação de políticas como essa é fundamental para o progresso dos direitos das pessoas transgêneros, transexuais e travestis no Brasil, ajudando a construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa.

2.4 SUBJETIVIDADES *QUEER*

Existem diversas maneiras de entender e lidar com as diferenças, principalmente quando as desigualdades conduzem a discriminação de grupos sociais salientados como inferiores ou anormais; mesmo que se tratem de maiorias silenciosas e injustiçadas. Entre elas podemos citar as conhecidas “minorias” étnico-raciais, de gênero e sexuais em suas mais diversas formas de expressão das diferenças que as constituem como modos de existência específicos; sobre os – e a partir dos – quais se manifestam uma multiplicidade de opressões. Neste sentido, as temáticas de gênero e da sexualidade, considerando as subjetividades presentes dentro da comunidade conhecida como LGBTQI+, as quais se designam subjetividades queer, são exemplos deste movimento e manifestam com orgulho as diferenças que as constituem. (Miskolci, 2007; Pereira, 2006).

O emprego do termo *queer* faz referência à diversidade presente na comunidade hoje chamada de LGBTQIAPN+, representando uma perturbação à ordem heteronormativa vigente na sociedade. Assim, tal expressão é utilizada como referência a comportamentos e/ou modos de existência que fogem de um padrão heteronormativo (Ferraro, 2020). Logo, *queer* pode ser traduzido como estranho, ridículo, raro, e apesar de carregar um papel de deboche, é considerado um termo potente, capaz de reafirmar diferenças, relacionando-se a um papel de emancipação ao enfrentar a coercibilidade da norma (Louro, 2001).

Nesse sentido, a atribuição desta denominação, não se restringe ao homossexual, mas a um modo de vida como resistência que luta pelo reconhecimento de múltiplas

formas de identidade e expressão de gênero, sexualidade e orientação sexual, representando as múltiplas subjetividades que se enquadrem na denominação citada como *queer*. As atuais “minorias” sexuais estão cada vez mais visíveis perante a sociedade, e, com isso, torna-se mais evidente a luta entre elas e os modos de vida mais conservadores. Apenas de constar como “minorias”, os sujeitos que se reconhecem *queer* não deveriam ser traduzidos como uma inferioridade numérica, mas sim como uma inferioridade silenciada, pois ao se politizarem demonstram efeitos contraditórios na sociedade. Por um lado, alguns grupos sociais demonstram grande aceitação e empatia pela pluralidade dos sujeitos LGBTQIAPN+; porém, por outro lado, os grupos sociais mais tradicionais fortalecem seus ataques e preconceitos existentes com o grupo em questão (Louro, 2001).

De acordo com Michel Foucault, a sexualidade é um dispositivo histórico de poder que se desenvolveu nas sociedades ocidentais modernas desde o final do século XVIII. Segundo o autor, a sexualidade opera por intermédio de um conjunto heterogêneo de discursos e práticas sociais. Para ocasionar a relação entre os discursos e as práticas que formam uma rede invisível que incentiva as formas atuais de regulação sociais, os sujeitos *queer* baseiam-se, além de Foucault, no método desconstrutivo de Jacques Derrida, que diz que a nossa sociedade opera em binarismos, sendo assim a heterossexualidade só existe para a oposição da homossexualidade (Miskolci, 2007). A teoria *queer* diz que as estratégias de grupos minoritários reforçam binarismos onde um dos pólos sempre será normativo, fazendo com que o centro deste cenário binário não exista, reforçando assim a ideia de problematizar esses binarismos.

Os estudos sobre o surgimento de uma nova teoria, a teoria *queer*, surgiram nos anos 80 e 90, e, inicialmente, de acordo com os teóricos que estudavam a mesma, era uma teoria com o objetivo de positivar a forma pejorativa conhecida de se dirigir aos homossexuais. De acordo com a teórica Judith Butler (2002), que foi uma das pioneiras no assunto, o termo era utilizado como uma prática linguística para rebaixar os que se reconhecem como homossexuais. Por esse motivo, os estudiosos da Teoria *queer*, através de suas pesquisas e conclusões, tiveram a ideia de dar um novo significado a palavra, passando então ao entendimento do termo *queer* como qualquer forma de vida que vá contra as regras que são socialmente aceitas, contra a heteronormatividade vigente. O termo *queer* tem sua origem na Inglaterra, através da inspiração em um local chamado “Queer Street”, que era uma avenida na qual frequentavam pessoas não aceitas e discriminadas perante a sociedade, dentre elas os sujeitos LGBTQIAPN+.

O termo *queer*, na sua origem, sempre teve o intuito de ofender as pessoas que assim se reconheciam. No Brasil, a tradução desse termo poderia ser substituída por “bixa”, “sapatão”, “viado”, e muitos outros termos que se assemelham ao significado de repúdio e ofensa as pessoas que se consideram fora de um padrão socialmente aceito. Butler teve uma das suas inspirações para o estudo da teoria *queer* através da epidemia de AIDS nas décadas de 80 e 90, ao perceber que a mesma levou a um fator marcante, a reação da sociedade perante essa epidemia. A maior parte da população na época que se enquadrava como heteronormativo chamavam essa epidemia de “Praga Gay”, culpando e sendo extremamente preconceituosos com as pessoas LGBTQIAPN+ das décadas de 80 e 90. Para Butler, esse foi um fator muito importante para levar em consideração aos seus futuros pensamentos e estudos da teoria (Miskolci, 2007; Louro, 2001).

Além de Judith Butler, os estudos para a formação da teoria *queer*, nos anos 80, surgiram com um grupo de pesquisadores nos Estados Unidos. Na época era perceptível o pensamento e posicionamento da sociedade sobre as pessoas que se consideravam fora do padrão. A concepção de um “padrão” heterossexual era muito associada com a reprodução humana, levando aos pensamentos de que só casais heterossexuais conseguem reproduzir, portanto somente esse padrão está correto. Essa problemática foi nomeada como heteronormatividade homofóbica, definindo como se a existência de pessoas homossexuais fossem equívocos, e sendo a heterossexualidade suficiente para suprir as necessidades humanas.

Além disso, outro fator dentro dos estudos da Teoria *queer* é levar em consideração que as variações dentro de um padrão heteronormativo são relacionadas somente a sexualidade, pois as questões de gênero já são grande parte de uma ruptura. Atualmente, em questão de gênero, é conhecido somente o binarismo, definindo basicamente homem e mulher, masculino e feminino. Por muito tempo o gênero foi dominado por estereótipos moldados por hábitos e tradições que perduram nas atitudes de todos, muitas vezes até mesmo sem perceber, como por exemplo relacionar a cor rosa a meninas e azul a meninos, ou relacionar certos brinquedos e atitudes como sendo algo de menino e/ou de menina somente. De acordo com Judith Butler (2002), “O gênero é performativo porque é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva”.

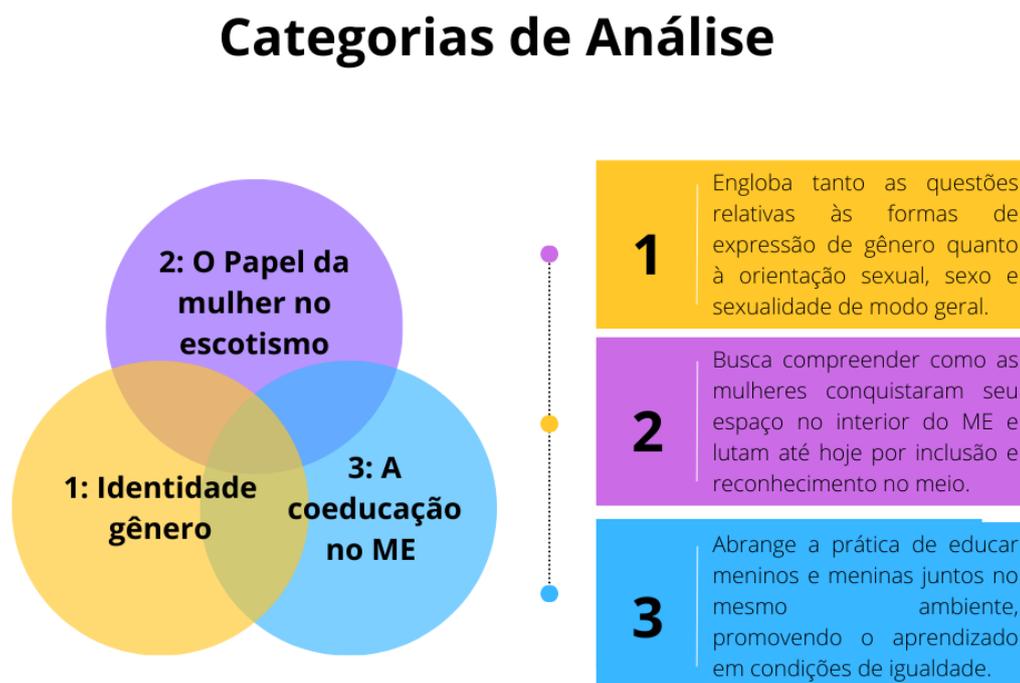
A partir disso, percebe-se que o *queer* não está baseado “apenas” em uma teoria, mas sim em toda uma existência de subjetividades que se consideram incapazes de serem

limitadas e encaixas dentro de um padrão. O *queer* não se refere somente a questões de gênero e sexualidade, mas sim a uma múltipla diversidade de pessoas que fogem da heteronormatividade e que não se conferem em padrões. Esses sujeitos buscam apenas seu direito de expressão perante a sociedade da maneira que bem entenderem, com suas mais diversas características individuais e sem o medo de simplesmente existir e andar na rua.

3 ANÁLISE INTRODUTÓRIA DE ALGUMAS CATEGORIAS NO ESTUDO DAS QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO

A partir das intersecções entre escotismo e gênero cada um dos trabalhos encontrados aborda o tema de maneiras distintas, utilizando diferentes metodologias para investigar como o escotismo, tradicionalmente uma atividade voltada para a educação e formação moral de jovens, também se torna um espaço de construção e contestação de identidades de gênero, constituindo, categorias de análise que subsidiam esta dissertação conforme a elaboração feita na Figura 3.

FIGURA 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3.1 DAS CATEGORIAS DA ANÁLISE

Através das contestações trazidas anteriormente, as categorias de análise selecionadas buscam subsidiar a presente dissertação acerca das temáticas principais de gênero e coeducação no movimento escoteiro, buscando compreender como as mesmas

se entrelaçam e trazem sentido aos papéis de gênero pré estabelecidos dentro e fora do escotismo.

Com relação às temáticas e às abordagens, o estudo de Pina (2022) se destaca pela inovação ao explorar como o design de insígnias, inspiradas no movimento escoteiro, pode servir como ferramenta de transformação social, promovendo inclusão e diversidade, especialmente em relação à comunidade LGBTQI+. Este trabalho foca na articulação entre design e inclusão, algo relativamente inédito no campo, trazendo à tona como símbolos e emblemas podem transcender sua função decorativa para se tornarem veículos de empoderamento social.

Enquanto que Santos, Lessa e Santana (2011) examinam a participação de mulheres nas tropas escoteiras, discutindo como esse movimento foi crucial para repensar a coeducação no escotismo. Este artigo fornece uma perspectiva histórica e sociológica sobre a integração de meninas e mulheres em um espaço que, inicialmente, foi concebido para meninos, trazendo à tona questões sobre igualdade de gênero e as dificuldades enfrentadas nesse processo. As autoras abordam a coeducação no escotismo, explorando como o movimento escoteiro tem sido um espaço para pensar a educação mista de gêneros. A coeducação, é discutida não apenas como uma prática pedagógica, mas como um campo de disputas simbólicas sobre o que significa educar meninos e meninas em um mesmo espaço. Essa discussão aprofunda a análise sobre como a coeducação no escotismo pode ser uma ferramenta poderosa para a formação de valores igualitários entre os gêneros.

Santos e Feldens (2013a) se concentram na cartografia das subjetividades femininas dentro do escotismo, traçando um percurso que vai da infância até a idade adulta, dentro do movimento escoteiro. A pesquisa foca nas linhas de força que produzem essas subjetividades, analisando como as mulheres se posicionam e são posicionadas em um espaço historicamente masculino. Assim como Carvalho (2014), ao estudar o Movimento Bandeirante, investiga as relações de gênero no contexto brasileiro do século XX, explorando como as práticas desse movimento contribuíram para a construção de identidades femininas. O enfoque é dado às dinâmicas sociais e culturais que moldaram essas práticas, e como estas, por sua vez, reforçaram ou desafiaram as normas de gênero vigentes.

Leandro (2014), por sua vez, analisa a disciplina corporal e a construção de identidades no escotismo em Campina Grande (PB) entre 1980 e 1990. O estudo foca na

normatização dos corpos e na inculcação de valores escoteiros, investigando como o movimento também funciona como um mecanismo de controle social e disciplinar. Por outro lado, em termos de metodologia, os trabalhos apresentam uma diversidade de abordagens, refletindo as distintas perguntas de pesquisa e objetivos de cada estudo. Pina (2022) utiliza uma metodologia de estudo de caso, complementada por uma análise de conteúdo simbólica das insígnias, para compreender como o design pode influenciar a percepção de inclusão dentro do movimento escoteiro. A pesquisa de Santos, Lessa e Santana (2011) adota uma abordagem qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental, para explorar as práticas de coeducação no escotismo.

Em outro sentido, Santos e Feldens (2013a) utilizam a cartografia como metodologia, buscando mapear as forças que produzem subjetividades no escotismo. Carvalho (2014) realiza uma pesquisa histórica, analisando documentos e fontes primárias do Movimento Bandeirante para compreender as relações de gênero ao longo do século XX. Leandro (2014) adota uma abordagem etnográfica e histórica, combinando entrevistas, análise documental e observação participante para investigar a disciplina corporal no escotismo.

Em termos de gênero como categoria de análise se percebe que a questão de gênero atravessa cada um desses estudos de maneira significativa. Pina (2022) aborda o gênero ao explorar como insígnias podem ser usadas para promover a inclusão de identidades LGBTQI+ dentro do escotismo, uma área onde a visibilidade de gênero é muitas vezes minimizada. A pesquisa de Santos, Lessa e Santana (2011) problematiza o gênero ao discutir a coeducação, questionando como meninos e meninas são educados em conjunto, e quais as implicações disso para a construção de identidades de gênero.

Santos e Feldens (2013a) aprofundam essa discussão ao traçar a evolução das identidades femininas no escotismo, revelando como o movimento pode tanto perpetuar quanto subverter as normas de gênero. Carvalho (2014) explora como o Movimento Bandeirante reforçou ou contestou os papéis de gênero tradicionais, especialmente em um contexto de mudanças sociais no Brasil do século XX. Leandro (2014), por sua vez, foca na normatização dos corpos femininos e masculinos no escotismo, revelando como o movimento atua como um dispositivo de poder e controle sobre as identidades de gênero.

Em síntese, os trabalhos contribuem para uma compreensão mais complexa das interações entre escotismo e gênero. Eles demonstram que o movimento escoteiro não é

apenas um espaço de formação moral e cívica, mas também um campo onde identidades de gênero são continuamente negociadas, construídas e, por vezes, subvertidas. Ao problematizar o gênero em diferentes contextos e utilizando variadas metodologias, esses estudos oferecem uma rica contribuição para a sociologia da educação e dos movimentos sociais.

A partir da discussão sobre a problematização da questão de gênero no escotismo, algumas categorias de análise emergem de maneira recorrente. Essas categorias não apenas estruturam a compreensão do escotismo como um espaço de construção e contestação das identidades de gênero, mas também servem como ferramentas críticas para avaliar as práticas e discursos associados a esse movimento. As categorias de análise que podem ser extraídas do texto incluem: Coeducação, Liderança Feminina, Estereótipos de Gênero, Subjetividade Feminina, Controle Social e Inclusão e Diversidade LGBTQI+.

A coeducação no escotismo, definida como a educação conjunta de meninos e meninas, emerge como uma categoria fundamental de análise. A coeducação é central para a discussão de como o escotismo pode desafiar as normas tradicionais de gênero e promover uma educação mais equitativa. No entanto, a análise crítica desta categoria revela que a simples presença de meninos e meninas em um mesmo espaço não garante uma desconstrução das relações de poder baseadas no gênero. Estudos como o de Santos, Lessa e Santana (2011) mostram que, enquanto a coeducação pode ser um passo em direção à igualdade, sua implementação é muitas vezes superficial e não questiona profundamente os pressupostos patriarcais que ainda governam muitas práticas escoteiras.

A liderança feminina é outra categoria central, explorada na análise das dinâmicas de poder dentro do escotismo. A pesquisa mostra que, apesar dos avanços na inclusão de mulheres, a liderança dentro do movimento ainda é majoritariamente masculina. Este fato reflete a persistência de estereótipos de gênero que associam liderança com masculinidade. A crítica aqui se concentra na falta de representação feminina em posições de poder, destacada por Santos, Lessa e Santana (2011), o que perpetua um ciclo de exclusão e desvalorização das contribuições das mulheres no movimento escoteiro. A análise desta categoria sugere a necessidade de iniciativas mais estruturadas e profundas para romper com esses estereótipos e criar um ambiente verdadeiramente igualitário.

Os estereótipos de gênero são uma categoria de análise crítica que permeia toda a discussão sobre escotismo e gênero. O escotismo, em muitos casos, reforça papéis

tradicionais de gênero, como observado por Carvalho (2014) no contexto do Movimento Bandeirante. A perpetuação desses estereótipos limita as oportunidades tanto para meninos quanto para meninas de explorar identidades fora dos padrões normativos. A análise crítica desta categoria revela como o escotismo, embora tenha o potencial de ser um espaço de transformação social, muitas vezes reproduz as mesmas desigualdades de gênero que existem na sociedade em geral.

A categoria de subjetividade feminina, explorada por Santos e Feldens (2013a), foca nas experiências e nas identidades das mulheres dentro do escotismo. Esta categoria é fundamental para entender como as mulheres navegam e negociam suas identidades em um espaço que tradicionalmente não foi projetado para elas. A análise crítica desta categoria destaca as tensões entre a conformidade às normas escoteiras e a busca por autonomia e reconhecimento dentro do movimento. Ao mapear as trajetórias das mulheres no escotismo, é possível ver como elas resistem e, ao mesmo tempo, são moldadas pelas expectativas de gênero. Esta categoria revela a complexidade das identidades femininas no escotismo e a necessidade de uma abordagem mais inclusiva e sensível às questões de gênero.

O controle social, como explorado por Leandro (2014), emerge como uma categoria de análise crítica ao se considerar como o escotismo atua na disciplina e normatização dos corpos e comportamentos. Essa categoria é essencial para entender como o movimento escoteiro opera não apenas como uma instituição educativa, mas também como um mecanismo de controle que reforça normas sociais e comportamentais, muitas vezes ligadas ao gênero. A crítica aqui aponta para a necessidade de questionar as práticas disciplinadoras do escotismo, que podem limitar a liberdade individual e perpetuar desigualdades de gênero ao impor normas rígidas sobre como meninos e meninas devem se comportar.

A categoria de inclusão e diversidade LGBTQI+, abordada por Pina (2022), adiciona uma dimensão contemporânea à análise de gênero no escotismo. A inclusão de identidades LGBTQI+ dentro do escotismo representa um avanço significativo em termos de diversidade, mas a análise crítica desta categoria destaca que a simples presença de insígnias ou símbolos de inclusão não é suficiente para transformar as estruturas normativas do movimento. É necessário um compromisso mais profundo com a diversidade que vá além do simbólico e se traduza em práticas inclusivas e transformadoras no cotidiano do escotismo. Esta categoria é crucial para avaliar como o

movimento escoteiro pode evoluir para se tornar mais acolhedor e representativo de todas as identidades de gênero e sexualidade.

As categorias de análise extraídas do estudo da questão de gênero no escotismo revelam as complexas dinâmicas de poder e identidade que permeiam o movimento. Coeducação, liderança feminina, estereótipos de gênero, subjetividade feminina, controle social e inclusão LGBTQI+ são todas categorias interligadas que fornecem uma base sólida para uma análise crítica das práticas escoteiras. Cada uma dessas categorias não apenas ilumina diferentes aspectos das desigualdades de gênero, mas também oferece caminhos para pensar em como o escotismo pode ser reformulado para promover uma verdadeira igualdade de gênero e inclusão. A análise dessas categorias destaca a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora que vá além das aparências e enfrente as raízes estruturais das desigualdades de gênero dentro do movimento escoteiro.

3.2 O PAPEL DAS MULHERES NO ESCOTISMO.

A segunda categoria trabalhada traz mais a tona o papel da mulher dentro do movimento escoteiro, desde o seu surgimento até os dias atuais. O surgimento do movimento escoteiro deu-se apenas para rapazes, entretanto, em meio a um espaço de demonstração de técnicas, o fundador percebeu que haviam meninas uniformizadas e declarando-se escoteiras. A partir disto, o mesmo foi provocado a pensar um espaço para as mulheres no escotismo. Para possibilitar isto, ele solicitou a ajuda de sua irmã Agnes para pensarem acerca do primeiro método para meninas. Com isso, criaram o movimento bandeirantes, o qual tinha suas próprias regras e espaços somente para meninas. Aos poucos o movimento escoteiro já estava desafiando as tradicionais definições de gênero ao encorajar homens a se envolverem em atividades consideradas tipicamente femininas, como cozinhar, costurar, lavar e limpar. No entanto, introduzir mulheres ao acampamento e expô-las ao mundo desconhecido das aventuras certamente não seria uma tarefa simples.

Gradualmente, as mulheres foram encontrando espaço no movimento escoteiro, participando de maneira mais ativa e integral em suas atividades. E, através de seu elemento maternal, o escotismo foi aos poucos abrindo espaço para a presença das mulheres. Tanto na escola quanto no grupo escoteiro, a entrada das meninas aconteceu de maneira semelhante, embora em momentos diferentes. A presença feminina na escola foi justificada pela necessidade de educar as meninas para serem futuras esposas e mães, e

no escotismo foi justificada por era necessário sua presença para auxiliar no ramo lobinho, tendo em vista a idade das crianças, ainda inserindo na justificativa o lado maternal da mulher (Santos; Feldens 2013a). De acordo com Louro (2001): “as mulheres tinham, “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos. Se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava, de certa forma, “a extensão da maternidade”, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha “espiritual”.

Era considerado essencial educar, modelar e controlar as mulheres para mantê-las em um estado de submissão, refletindo o poder masculino cultural e historicamente estabelecido. Esse conceito foi incorporado pelo movimento escoteiro e também pelo movimento bandeirante em seus processos de formação.

A categoria nomeada "papel da mulher no escotismo" é fundamental para a análise das dinâmicas de gênero dentro do ME. Originalmente, como citado anteriormente, o escotismo foi concebido como um espaço predominantemente masculino, com a participação das mulheres muitas vezes ocorrendo de maneira posterior e subordinada. No entanto, ao longo do tempo, a presença e o papel das mulheres no escotismo evoluíram, oferecendo um campo rico para explorar as transformações sociais e as questões de gênero. A análise crítica dessa categoria destaca as complexidades e os desafios que as mulheres enfrentam ao buscar espaço e reconhecimento dentro do escotismo.

O papel da mulher no escotismo começou a ser oficialmente reconhecido com a inclusão de mulheres nas tropas escoteiras, mas esse processo enfrentou consideráveis resistências. Santos, Lessa e Santana (2011) analisam como a inclusão feminina nas tropas escoteiras foi inicialmente percebida como uma ameaça à masculinidade tradicional associada ao escotismo. Essa resistência inicial refletia um receio de que a presença das mulheres pudesse enfraquecer os valores considerados essencialmente masculinos, como liderança e bravura, que eram fundamentos do movimento.

Essa fase de resistência também é destacada por Carvalho (2014), que, ao examinar o Movimento Bandeirante, observa que as práticas escoteiras voltadas para meninas frequentemente eram estruturadas para reforçar papéis de gênero tradicionais. Carvalho aponta que as atividades para meninas eram muitas vezes direcionadas para habilidades consideradas "apropriadas" para mulheres, como cuidado e serviço à

comunidade, em contraste com as atividades mais "aventureiras" reservadas para os meninos. Esse padrão perpetua a ideia de que as mulheres ocupam um papel secundário ou complementar dentro do escotismo, restringindo seu envolvimento nas áreas mais centrais do movimento.

Um dos aspectos críticos do papel da mulher no escotismo é a questão da liderança. Santos, Lessa e Santana (2011) destacam que, embora as mulheres tenham sido gradualmente integradas ao escotismo, elas ainda enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de liderança dentro do movimento. A liderança no escotismo, como em muitos outros contextos, é frequentemente vinculada a qualidades tradicionalmente associadas ao masculino, criando um ambiente onde as mulheres precisam constantemente demonstrar sua competência e legitimidade para obter reconhecimento e liderança.

Santos e Feldens (2013) investigam como as mulheres no escotismo enfrentam essas barreiras, frequentemente empregando estratégias que lhes permitem exercer liderança sem desafiar diretamente as normas de gênero estabelecidas. Essa necessidade de "negociar" sua posição de liderança evidencia a persistência dos estereótipos de gênero que vinculam autoridade e liderança ao masculino, criando dificuldades para que as mulheres alcancem posições de destaque dentro do escotismo.

Apesar dos desafios, o papel das mulheres no escotismo também tem sido transformador. As mulheres frequentemente desempenham funções essenciais na educação e na formação moral dos jovens, atuando como modelos de comportamento e agentes de mudança. Pina (2022) ressalta como as mulheres têm utilizado o escotismo como uma plataforma para promover inclusão e diversidade, particularmente em relação às questões de gênero e sexualidade. Assim, o papel das mulheres no escotismo vai além da adaptação ao sistema existente, envolvendo também a transformação desse sistema.

A inclusão de práticas e símbolos que reconhecem e celebram a diversidade de gênero, conforme discutido por Pina (2022), marca uma evolução significativa no papel das mulheres no escotismo. Elas não apenas fazem parte do movimento, mas também o reformulam, utilizando sua posição para desafiar as normas tradicionais e promover uma visão mais inclusiva e equitativa da sociedade.

Embora haja avanços, o papel das mulheres no escotismo ainda é restringido por estruturas e práticas que refletem uma visão patriarcal. Leandro (2014) examina como a disciplina corporal e as normas de comportamento dentro do escotismo continuam a

perpetuar desigualdades de gênero, impondo expectativas distintas para meninos e meninas. A autora sugere que, para que o papel das mulheres no escotismo seja verdadeiramente equitativo, é necessário um questionamento mais profundo das normas que regem o movimento e uma reestruturação das práticas que ainda favorecem os homens.

Santos, Lessa e Santana (2011) também apontam que, apesar dos progressos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir que as mulheres no escotismo tenham as mesmas oportunidades que seus colegas homens. Isso abrange não apenas o acesso a posições de liderança, mas também a participação plena em todas as áreas do movimento, incluindo aquelas tradicionalmente reservadas aos homens. A análise crítica dessa questão revela que a luta das mulheres no escotismo é uma batalha contínua por reconhecimento, igualdade e respeito.

O papel da mulher no escotismo é uma categoria complexa que abrange desde a busca por inclusão e reconhecimento até a transformação das práticas e normas tradicionais do movimento. Embora tenham sido feitos avanços significativos, as mulheres ainda enfrentam desafios substanciais relacionados à liderança, igualdade de oportunidades e superação de estereótipos de gênero. A análise crítica dessa categoria destaca tanto as barreiras persistentes quanto o potencial transformador das mulheres no escotismo, evidenciando a necessidade de um compromisso contínuo com a igualdade de gênero dentro do movimento.

3.3 IDENTIDADE DE GÊNERO NO ESCOTISMO

A primeira categoria identificada, classificada como “identidade de gênero” engloba tanto as questões relacionadas às formas de expressão de gênero quanto à orientação sexual, sexo e sexualidade em geral. O objetivo é incluir nesta categoria todas as referências feitas pelos autores sobre a conscientização em relação às questões da diversidade sexual e de gênero. É importante mencionar que o conceito de gênero emergiu no final dos anos 1960, durante a "segunda onda" do movimento feminista, em estudos que questionavam a segregação social e política imposta historicamente às mulheres (Louro, 2004). Portanto, propõe-se a compreensão do gênero como resultado da cultura, não da biologia, desafiando a associação naturalizada entre sexo e gênero. Inspirada pelo pensamento de Judith Butler (2017), que contesta a ideia de que a biologia determine o

destino e que apenas o gênero seja cultural, argumenta-se que tanto o gênero quanto o corpo são construções culturais. A visão de que a imutabilidade do sexo é questionável também é destacada, pois não é possível determinar claramente a origem dessa divisão. Portanto, só podemos entender o sexo por meio do gênero, sugerindo que o sexo sempre foi entendido como gênero e não como um fator puramente biológico.

O conceito de sexualidade muitas vezes é confundido com o de gênero, embora estejam intimamente relacionados, cada um possui suas próprias características e insere os indivíduos em diferentes sistemas de diferenciação. Enquanto o gênero se refere às maneiras pelas quais as sociedades e culturas constroem homens e mulheres e organizam ou dividem o mundo com base em conceitos de masculinidade e feminilidade, a sexualidade diz respeito às formas como diferentes indivíduos, homens e mulheres, vivenciam seus desejos e prazeres corporais em um sentido mais amplo. Nessa perspectiva, os desejos corporais e as áreas de interesse são moldados e validados pela cultura, não sendo simplesmente resultado natural da posse de um determinado órgão genital ou do funcionamento de certos hormônios.

A orientação sexual diz respeito aos desejos erótico-afetivos de uma pessoa, ou seja, com quem ela se sente atraída para namorar e/ou ter relações sexuais. Embora seja um conceito completamente diferente dos conceitos de sexo e gênero, na cultura ocidental, a orientação sexual de alguém é frequentemente vista como inseparável do seu sexo biológico e, conseqüentemente, do gênero atribuído no nascimento com base em sua anatomia genital. A ideia de uma relação direta e absoluta entre sexo, gênero e orientação sexual é uma construção totalitária e hegemônica que resulta da imposição compulsória das normas binárias de comportamento de gênero a todos os aspectos das relações interpessoais em nossa sociedade (Butler, 2017).

Embora as identidades sexuais e de gênero estejam intimamente interligadas, elas não devem ser confundidas. Assim, indivíduos masculinos ou femininos podem ter orientações heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e também podem pertencer a outras categorias, como serem negros, brancos, ricos, pobres, etc.). É crucial entender que as identidades são sempre construídas e não são fixas ou definitivas em um determinado momento; portanto, estão sempre sujeitas a mudanças.

O corpo é uma entidade em constante flutuação, sujeita a mudanças em suas necessidades e desejos ao longo do tempo. Destaca-se que o corpo é afetado pela passagem dos anos, por doenças, por alterações nos padrões alimentares e de estilo de

vida, por diferentes formas de busca por prazer, e também por avanços médicos e tecnológicos. Portanto, as identidades não são simplesmente uma consequência direta das características físicas do corpo. É fácil inferir que o processo de reconhecimento da identidade está intrinsecamente relacionado à atribuição de diferenças. Isso se deve ao fato de que reconhecemos o outro, aquele que não compartilha as mesmas características que nós, com base no contexto social em que estamos inseridos (Louro, 2004).

Portanto, a identidade de gênero é a experiência subjetiva de uma pessoa em relação a si mesma e às suas interações com outros gêneros. Não é determinada pelo sexo biológico da pessoa, mas sim pela forma como ela se percebe. Essa identidade pode seguir um padrão binário (homem ou mulher), mas também pode ultrapassar essas categorias e rejeitar ambas as opções de identificação, como é o caso das pessoas não-binárias (um termo abrangente para identidades de gênero que não se enquadram exclusivamente nas definições de homem ou mulher). Exemplos de pessoas não-binárias incluem indivíduos transgênero, transexuais e travestis.

Por tanto, a categoria de "identidade de gênero" se destaca como um dos aspectos mais essenciais e complexos nas análises do escotismo. De maneira geral, essa categoria diz respeito à forma como os indivíduos entendem sua própria identidade de gênero e como essa compreensão é influenciada e ajustada dentro de contextos sociais específicos. No escotismo, um movimento tradicionalmente focado na formação moral e cívica dos jovens, a identidade de gênero desempenha um papel fundamental na discussão sobre como os padrões e expectativas de gênero são estabelecidos, preservados ou desafiados.

Um dos aspectos essenciais da identidade de gênero, conforme revelado pelos estudos sobre o escotismo, é a formação e reforço de estereótipos de gênero. Segundo Santos, Lessa e Santana (2011), o escotismo, ao longo de sua trajetória, tem perpetuado papéis de gênero tradicionais que vinculam liderança e assertividade ao masculino, enquanto atribuem ao feminino funções de suporte e cuidado. Essa divisão de papéis reflete uma visão essencialista das identidades de gênero, na qual meninos e meninas são socializados para ocupar distintas esferas da vida pública e privada.

Carvalho (2014) apoia essa perspectiva ao examinar o Movimento Bandeirante, destacando como as práticas desse movimento reforçavam as normas de gênero predominantes na sociedade brasileira do século XX. A persistência desses estereótipos no escotismo evidencia como a identidade de gênero frequentemente é moldada de acordo

com as expectativas sociais vigentes, restringindo a formação de identidades mais flexíveis e inclusivas.

Outro aspecto relevante da identidade de gênero no contexto do escotismo é a tensão contínua entre conformidade e resistência. Santos e Feldens (2013a) investigam como as mulheres dentro do escotismo lidam com a aceitação das normas preestabelecidas enquanto buscam conquistar espaços de autonomia e autoafirmação. As autoras indicam que a identidade de gênero das participantes é caracterizada por uma dualidade: de um lado, elas precisam se ajustar aos padrões impostos pela organização; de outro, procuram desafiar e redefinir esses padrões para afirmar suas próprias identidades.

Essa tensão se manifesta de maneira bastante clara nas tentativas de mulheres de ocupar posições de liderança dentro do escotismo, que tradicionalmente foram dominadas somente por homens. As mulheres que almejam esses papéis enfrentam o desafio de validar sua autoridade em um ambiente que historicamente se associa liderança à masculinidade. Assim, a resistência não se limita a ultrapassar barreiras institucionais, mas envolve também a reconfiguração de suas próprias identidades de gênero em um contexto que inicialmente lhes foi desfavorável.

Pina (2022) oferece uma contribuição significativa ao ampliar a discussão sobre identidade de gênero no escotismo, incorporando a diversidade de identidades de gênero, especialmente aquelas que não se encaixam no binarismo masculino-feminino. O estudo de Pina examina como o design de insígnias, inspirado no movimento escoteiro, pode fomentar a inclusão de identidades LGBTQI+, apresentando uma abordagem mais inclusiva e variada da identidade de gênero dentro do escotismo.

Esse aspecto indica uma evolução na maneira como o escotismo pode servir como uma plataforma para a inclusão e aceitação de diversas identidades de gênero. Ao desenvolver símbolos que refletem uma ampla gama de experiências de gênero, o escotismo tem o potencial de se transformar em um ambiente mais acolhedor para todos os jovens, independentemente de suas identidades de gênero.

Leandro (2014) explora a disciplina corporal como um fator essencial na formação da identidade de gênero no escotismo. A autora argumenta que o escotismo vai além da socialização dos jovens em termos de valores e comportamentos, influenciando também suas identidades de gênero por meio de práticas disciplinares que regulam seus corpos. Essas práticas podem reforçar normas de gênero ao exigir que meninos e meninas

assumam papéis físicos e comportamentais que correspondem às expectativas tradicionais de masculinidade e feminilidade.

A disciplina corporal, portanto, se torna uma ferramenta significativa para a internalização das normas de gênero, forçando os participantes a ajustar seus corpos e comportamentos às expectativas sociais. Esse controle sobre o corpo e as ações dos indivíduos contribui para a construção de identidades de gênero alinhadas com os ideais do escotismo, embora também possa restringir a expressão de identidades de gênero alternativas.

Por fim, a identidade de gênero no escotismo pode ser entendida como um campo de contestação, onde as normas tradicionais são constantemente desafiadas. Os estudos selecionados indicam que, apesar de o escotismo ter historicamente reforçado papéis de gênero convencionais, ele também proporciona oportunidades para que os jovens questionem essas normas e explorem novas formas de se identificar.

Pina (2022) e Santos e Feldens (2013) mostram como as insígnias e as práticas do escotismo podem ser ajustadas para permitir uma maior expressão da diversidade de gênero. Esse aspecto de contestação é fundamental para compreender o potencial transformador do escotismo em relação à identidade de gênero. Ao proporcionar um espaço onde as normas de gênero podem ser questionadas e renegociadas, o escotismo tem o potencial de contribuir para o desenvolvimento de identidades de gênero mais inclusivas e variadas.

A identidade de gênero no escotismo é uma categoria complexa e multifacetada, que engloba a construção e a reafirmação de estereótipos de gênero, a tensão entre conformidade e resistência, a inclusão e a diversidade de identidades de gênero, a disciplina corporal e o papel do escotismo como espaço de contestação. Cada um desses aspectos oferece uma perspectiva crítica sobre como o escotismo molda a formação das identidades de gênero de seus participantes. Embora o escotismo possa, por vezes, reforçar normas de gênero tradicionais, também tem o potencial de ser um espaço transformador, onde novas formas de identidade de gênero podem surgir e ser celebradas.

3.4 A CO-EDUCAÇÃO NO ESCOTISMO

A terceira categoria aborda a questão da co-educação no movimento escoteiro, tendo em vista a sua importância dentro das questões de gênero e sexualidade no

escotismo. A coeducação no movimento escoteiro é uma categoria crucial para entender as dinâmicas de gênero dentro desse contexto. Coeducação se refere à prática de educar meninos e meninas juntos em um mesmo ambiente, promovendo a convivência e a aprendizagem em condições de igualdade. No entanto, essa prática tem sido objeto de debates e controvérsias no escotismo, especialmente no que diz respeito à sua implementação e às suas implicações para a formação das identidades de gênero. A análise dessa categoria revela que, embora a coeducação no escotismo desafie as normas de gênero existentes, ela também pode, por vezes, reforçá-las.

A partir de 1915, de maneira bastante gradual, o escotismo brasileiro começou a apresentar referências às meninas e mulheres dentro dos grupos escoteiros. Entre os anos de 1915 e 1950, alguns grupos escoteiros começaram a explorar o processo de coeducação. Apesar das experimentações começarem entre esse recorte, somente entre 1979 e 1985 que o processo de co-educação foi implantado no movimento escoteiro brasileiro (Santos; Feldens, 2013b).

Percebe-se que o escotismo passou, de forma bastante gradativa, a comportar a presença de meninos e meninas nas atividades, e que isso aconteceu apenas à 39 anos atrás. A partir disso, pode-se entender a importância desta categoria para os estudos de gênero e sexualidade no movimento escoteiro, tendo em vista o quão recente é o processo de inserção da mulher no escotismo.

É importante salientar novamente que, o escotismo surgiu como um movimento militarizado e enrijecido, que durante a Segunda Guerra, no Brasil, a ditadura varguista buscou formas de utilizar do escotismo uma forma de militarizar os jovens da época, vangloriando esta oportunidade. Entretanto, o ME não cedeu, e reagiu contra a sua transformação em um movimento militar, buscando continuar dentro de seu método educativo próprio.

Também, em 1879 as escolas superiores não admitiam mulheres. Por conta deste fato, o intelectual e político Tobias Barreto (1839-1889), indignado com o fato, propôs a criação de escolas de nível superior que permitissem o acesso de mulheres. De acordo com Santos; Feldens, (2013b):

[...] no final do século XIX, a escola empreendeu novas concepções educacionais nessa iniciativa de formar o cidadão brasileiro. Essas mudanças relacionadas a elementos das disciplinas escolares como a escrita, a leitura e as ciências naturais, influenciadas por um pensamento de tentar adaptar práticas estrangeiras à realidade nacional brasileira.

Sendo assim, aos poucos, o processo de co-educação também começou a surgir no ensino superior. Porém, é importante enfatizar que, mesmo meninos e meninas estando na mesma sala de aula, os conteúdos abordados eram diferentes de acordo com seu gênero, tendo em vista uma época na qual a sociedade era extremamente marcada por preceitos morais difundidos pela igreja. Aos poucos, com o passar dos anos a escola foi migrando para uma educação mista. Entretanto, esse processo somente se difundiu na década de 70, muito recentemente.

A escola tem lutado para se libertar da abordagem binária, que já não reflete adequadamente a realidade contemporânea. A compreensão da coeducação vai além da simples existência de aulas mistas, com meninos e meninas juntos, e engloba também a facilitação da interação entre homens e mulheres dentro dessas classes. Além disso, é fundamental que essa abordagem esteja fundamentada em princípios de igualdade, evitando a perpetuação de desigualdades que ainda são presentes mesmo nas escolas que adotam a coeducação atualmente.

Diferentemente de tempos passados, é cada vez mais comum ver mulheres entrando no mercado de trabalho e buscando reconhecimento em áreas que historicamente enfrentaram resistência à sua presença. No entanto, é evidente o predomínio das mulheres em profissões que foram gradualmente feminizadas, como é o caso do magistério no ensino fundamental e da alfabetização nos anos iniciais, bem como a área da educação infantil, onde os homens encontram obstáculos significativos ao tentar ingressar nessa área, especialmente para o ensino de crianças mais novas. Essas mudanças nas relações têm gerado novas formas de subjetividade e perspectivas de desejo, influenciando na construção de identidades masculinas e femininas. A sociedade de controle sutilmente influencia as maneiras de ser e entender a feminilidade. Na atual crise das instituições modernas, como a escola, isso se torna evidente.

É de extrema importância refletir acerca dos processos de co-educação na escola e no movimento escoteiro, pois até hoje estamos atravessando um período de transformação na maneira como nos percebemos e como percebemos a sociedade atual.

No escotismo, o processo de co-educação foi pensado desde o seu surgimento, no qual o fundador afirmava que “o escotismo poderia ser estendido para o treinamento de meninas”. Porém, levando em consideração a época de seu surgimento, ele preferiu criar

dois movimentos distintos: o movimento bandeirante para meninas e o movimento escoteiro para meninos.

No ano de 1945, a Associação Brasileira de Escoteiros tinha um departamento voltado para às mulheres no escotismo. No Rio Grande do Sul, somente a partir de 1979 que começou a ser oficializado o processo de uma Ramo misto, sendo ele o Ramo Pioneiro. As primeiras Alcateias Mistas Experimentais foram estabelecidas em 1978, seguidas pelas Escoteiras e Guias em 1980 e 1981, respectivamente. O ramo lobo foi introduzido a partir de 1982. A implementação de 16 grupos escoteiros experimentais marcou o início da coeducação no movimento, possibilitando a discussão sobre a presença das mulheres nas atividades escoteiras e as demandas resultantes desse contexto.

Os problemas dos Ramos mistos começaram a surgir, e neles incluíam a resistência enfrentada pelas mulheres ao assumir cargos de liderança, a necessidade de recrutar líderes mais experientes devido ao desenvolvimento na adolescência e os desafios relacionados aos limites de expansão.

Entretanto, como afirmam Santos; Feldens (2013b):

Quanto à questão da liderança de mulheres no movimento, o documento nº 3 sobre co-educação no escotismo informa que “a eventual liderança dos elementos masculinos, resultante de sua maior experiência escoteira, deve ser equilibrada com justas oportunidades de desenvolvimento das meninas e moças e de sua chefia, inclusive nas atividades mistas”.

Ao analisar os estudos acerca da co-educação no movimento escoteiro, percebe-se que o processo foi bastante lento e gradual, porém sempre composto por insistência acerca da busca por indiscriminação sexual e de gênero, buscando uma convivência plural e diversa.

A coeducação é frequentemente considerada uma prática inclusiva que pode promover a igualdade de gênero ao permitir que meninos e meninas compartilhem as mesmas experiências e oportunidades educacionais. Santos, Lessa e Santana (2011) abordam a coeducação no escotismo como uma ferramenta para desafiar normas de gênero tradicionais, criando um ambiente onde meninos e meninas aprendem uns com os outros em condições de igualdade. Essa prática é vista como transformadora, pois rompe com o modelo segregado de educação, onde os gêneros são educados separadamente e com expectativas diferentes.

Apesar de seu potencial transformador, a implementação da coeducação no escotismo enfrenta desafios consideráveis. Santos, Lessa e Santana (2011) destacam que, embora a coeducação seja oficialmente promovida dentro do movimento escoteiro, sua aplicação prática frequentemente não alcança os objetivos declarados. Em muitos casos, a coeducação se torna uma formalidade superficial em vez de uma prática efetiva de igualdade. Essa abordagem limitada pode, em vez de eliminar, perpetuar desigualdades de gênero.

Pina (2022) também argumenta que a coeducação no escotismo pode servir como um meio de promover inclusão e diversidade, especialmente em relação às identidades de gênero e sexualidade. Nesse contexto, a coeducação vai além da simples convivência de meninos e meninas, abrangendo a inclusão de todas as formas de identidade de gênero, e contribuindo para um ambiente mais acolhedor e equitativo.

Além disso, a coeducação no escotismo pode enfrentar resistências culturais e institucionais que refletem as normas de gênero mais amplas da sociedade. Santos e Feldens (2013b) observam que, em alguns contextos, a coeducação pode ser percebida como uma ameaça às tradições escoteiras, que historicamente associaram determinadas atividades e responsabilidades a um gênero específico. Assim, a resistência à plena implementação da coeducação pode ser vista como uma expressão das tensões entre as normas de gênero tradicionais e as demandas por maior igualdade.

Um dos aspectos mais críticos da coeducação no escotismo é seu impacto na construção de identidades de gênero. A coeducação proporciona uma oportunidade única para que meninos e meninas explorem papéis de gênero de maneira menos rígida e estereotipada. No entanto, como observado por Leandro (2014), a prática da coeducação pode, paradoxalmente, reforçar as divisões de gênero se não for acompanhada por uma reflexão crítica sobre as normas e expectativas que regem os comportamentos de meninos e meninas.

No escotismo, a coeducação tem o potencial de promover a igualdade de gênero, mas também pode perpetuar desigualdades se as atividades forem organizadas de forma a reforçar os papéis tradicionais de gênero. Por exemplo, se atividades "masculinas" e "femininas" forem claramente diferenciadas e as expectativas de comportamento variarem entre meninos e meninas, a coeducação pode, em vez de desafiar, acabar reafirmando as divisões de gênero.

Outro ponto crítico na análise da coeducação no escotismo é sua relação com as oportunidades de liderança para meninos e meninas. Em teoria, a coeducação deveria garantir oportunidades iguais de liderança para todos os participantes, independentemente do gênero. No entanto, Santos, Lessa e Santana (2011) apontam que, na prática, as meninas ainda enfrentam barreiras significativas para alcançar posições de liderança dentro do escotismo, mesmo em um ambiente coeducacional. Isso ocorre porque as normas de liderança frequentemente continuam a refletir expectativas masculinas, dificultando a ascensão das mulheres a papéis de liderança.

A análise crítica da coeducação mostra que, para que ela seja verdadeiramente eficaz em promover a igualdade de gênero, é necessário um esforço deliberado para desafiar e reformular as normas que regem a liderança dentro do escotismo. Isso envolve a criação de condições que permitam que as meninas desenvolvam e exerçam suas habilidades de liderança em igualdade com os meninos.

Em suma, a coeducação no escotismo tem um potencial transformador significativo ao criar espaços onde meninos e meninas podem aprender juntos e desafiar as normas de gênero tradicionais. No entanto, para que esse potencial seja totalmente alcançado, é necessário superar as limitações que surgem na implementação prática da coeducação. Essas limitações incluem resistência cultural, a aplicação superficial das práticas coeducacionais e a persistência de normas de gênero que favorecem a masculinidade, especialmente em papéis de liderança.

A análise crítica da coeducação no escotismo, conforme explorado nos estudos de Santos e Feldens (2013b), Santos, Lessa e Santana (2011), Pina (2022) e Leandro (2014), indica que, embora tenha havido avanços significativos, ainda há muito a ser feito para garantir que a coeducação se traduza em uma prática efetiva de igualdade de gênero dentro do movimento. Apenas por meio de um compromisso contínuo com a revisão crítica das práticas coeducacionais e das normas de gênero é que o escotismo poderá alcançar plenamente seu potencial inclusivo e transformador.

4 REPENSANDO AS QUESTÕES DE GÊNERO NO MOVIMENTO ESCOTEIRO: CONCLUSÕES E POSSIBILIDADES

Esta dissertação teve como objetivo entender as dinâmicas de gênero e coeducação dentro do Movimento Escoteiro, através da análise de publicações acadêmicas e institucionais relacionadas a esses temas. A presente pesquisa concentrou-se em três categorias principais: **identidade de gênero, coeducação e o papel da mulher e das subjetividades LGBTQIAPN+ no interior do ME**. A análise crítica dessas categorias demonstrou que, embora o escotismo tenha alcançado avanços significativos em termos de inclusão, ainda enfrenta desafios consideráveis em sua prática diária.

Ao reaver a pergunta de pesquisa – **como se materializam as publicações em relação ao gênero e à sexualidade, junto ao processo de coeducação no interior do Movimento Escoteiro a partir de produções acadêmicas e institucionais?** – constatou-se que a materialização dessas questões no escotismo ocorre de forma parcial e, em muitos casos, simbólica. Apesar de o movimento ter oficialmente adotado políticas de inclusão, especialmente em relação às identidades LGBTQIAPN+ e à coeducação, a transformação cultural necessária para a implementação efetiva dessas políticas ainda está em andamento. Assim, a dissertação evidencia a necessidade de um compromisso contínuo e de uma análise crítica mais aprofundada para que o escotismo possa realmente se tornar um espaço inclusivo e equitativo.

A **identidade de gênero** foi examinada como uma categoria central, devido à sua relevância para entender como o Movimento Escoteiro enfrenta as mudanças sociais relacionadas à diversidade de gênero. Ao longo dos anos, o escotismo passou por transformações importantes, como a adoção de políticas que permitem o uso do nome social para jovens transgêneros e a promoção de um discurso de respeito à diversidade. No entanto, a aplicação prática dessas políticas ainda encontra resistências, especialmente em contextos onde normas tradicionais de gênero continuam profundamente arraigadas.

A análise das publicações revelou que, embora o reconhecimento formal das diversas identidades de gênero seja um progresso significativo, a prática cotidiana no escotismo frequentemente continua a reforçar estereótipos de gênero. Jovens transgêneros, por exemplo, ainda enfrentam desafios para serem plenamente aceitos, e muitos grupos escoteiros carecem de formação adequada para lidar com a diversidade de identidades de gênero. Assim, a identidade de gênero permanece uma área de tensão dentro do

movimento, necessitando de mais formação e conscientização entre seus membros para assegurar que o respeito à diversidade seja efetivamente integrado e transformador.

A **coeducação** se destacou como uma das categorias mais relevantes na análise da dissertação, pois aborda diretamente a integração de meninas e mulheres no escotismo, historicamente um espaço predominantemente masculino. A introdução da coeducação no Movimento Escoteiro Brasileiro, a partir do final do século XX, representou um avanço importante em direção à igualdade de gênero. No entanto, como a análise revelou, essa inclusão tem sido acompanhada de desafios e contradições.

Em várias situações, a coeducação não resultou em verdadeira igualdade de gênero, pois as mulheres continuam sub-representadas em cargos de liderança e enfrentam barreiras culturais que restringem seu papel no movimento. A análise crítica da coeducação revelou que a mera presença de meninos e meninas no mesmo ambiente não é suficiente para dismantelar os papéis tradicionais de gênero. Para que a coeducação seja realmente eficaz, é necessário promover uma mudança de mentalidade e adotar uma abordagem pedagógica que favoreça a igualdade de oportunidades e desafie os estereótipos que ainda limitam a participação feminina.

Além disso, a coeducação é frequentemente percebida como uma política superficial que não aborda profundamente as estruturas patriarcais ainda presentes em muitas práticas escoteiras. Os estudos indicam que, para que a coeducação seja realmente eficaz, é necessário implementar políticas que assegurem uma igualdade genuína entre meninos e meninas, tanto na participação quanto no reconhecimento e valorização de suas habilidades. Isso envolve a promoção ativa de mulheres para posições de liderança e a criação de um ambiente onde os estereótipos de gênero sejam sistematicamente desafiados e superados.

A categoria referente ao **papel da mulher no escotismo e as subjetividades *queer*** destacou a complexidade das interações entre identidade, gênero e sexualidade dentro do Movimento Escoteiro. Adotando uma abordagem mais inclusiva, a presente dissertação investigou como o movimento enfrenta identidades e expressões que desafiam as normas heteronormativas e binárias de gênero. A análise revelou que, apesar dos avanços na inclusão de identidades LGBTQIA+, ainda há um longo caminho a percorrer para que essas identidades sejam plenamente aceitas e integradas no movimento.

Os estudos indicaram que, embora a inclusão de símbolos e insígnias que celebram a diversidade LGBTQIA+ seja um passo importante, ela não é suficiente para transformar

a cultura interna do escotismo. Muitas vezes, a inclusão queer é abordada de forma simbólica, sem promover uma mudança significativa nas práticas diárias. A resistência à diversidade sexual e de gênero ainda persiste em muitos grupos escoteiros, que frequentemente carecem de formação adequada para acolher e valorizar as subjetividades queer.

Além disso, os estudos que propõe a desconstrução das normas tradicionais de gênero e sexualidade, representam um desafio profundo para o escotismo, que historicamente se baseou em valores conservadores. A aceitação das subjetividades *queer* requer uma mudança radical nas concepções de gênero e sexualidade que orientam o movimento, o que implica não apenas a inclusão de jovens LGBTQIA+, mas também a transformação das práticas educacionais e dos modelos de liderança dentro do escotismo.

As reflexões apresentadas nesta dissertação indicam que, para que o Movimento Escoteiro atinja uma verdadeira inclusão e igualdade de gênero, é essencial um esforço contínuo para desconstruir as normas patriarcais e heteronormativas que ainda prevalecem no movimento. Isso demanda um compromisso mais profundo com a formação e a conscientização dos membros do escotismo, para que eles não apenas reconheçam, mas também valorizem a diversidade em todas as suas formas.

A coeducação precisa ser reavaliada e aprimorada para assegurar que meninas e mulheres tenham acesso a cargos de liderança e que os estereótipos de gênero sejam combatidos de maneira sistemática. Simultaneamente, é fundamental integrar as subjetividades queer de forma efetiva, criando um ambiente onde todos os jovens se sintam acolhidos e respeitados, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Em resumo, esta dissertação contribui para o debate sobre inclusão e igualdade no escotismo, evidenciando que, apesar dos avanços significativos, ainda há muito a ser feito para que o movimento se torne um espaço genuinamente inclusivo e equitativo. A transformação cultural necessária para que o escotismo alcance plena igualdade de gênero e diversidade requer uma abordagem crítica e transformadora, que vá além da simples adoção de políticas e insígnias, promovendo uma mudança real nas práticas e valores do movimento.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Linamar Teixeira de. Gênero: uma construção do movimento feminista?. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2011, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.
- BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 21 ago. 2024.
- BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. *In*: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. Sexualidades transgressoras. **Una antología de estudios queer**. Barcelona: Icària editorial, 2002.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CARVALHO, Samara dos Santos. **O Movimento Bandeirantes e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX**. 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/carvalho_ss_me_mar.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.
- CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.
- COSTA, Gilda. **O Movimento Escoteiro: um aliado da educação**. Atibaia, SP, 2021.
- ESCOTEIROS do Brasil, [S.l.], 2024, site. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/>. Acesso em: 02 set. 2024.
- ESCOTEIROS DO BRASIL. **Posicionamento oficial sobre homoafetividade**. Curitiba: Escoteiros do Brasil, 2015. Disponível em: https://www.escoteiros.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Posicionamento_oficial_sobre_homoafetividade.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.
- ESCOTEIROS DO BRASIL. **Princípios, Organização e Regras (POR)**. 11. ed. Curitiba: Escoteiros do Brasil, 2013.
- ESCOTISMO para rapazes: por Baden-Powell. Curitiba: Escritório Nacional, 2017.

FERRARO, José Luís. Toda a Biologia é *queer*: subjetivação e diversidade. **Locus: Revista de História**, v. 26, n. 1, p. 172-188, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/29804>. Acesso em: 02 set. 2024.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. *Effective evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass, 1981.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: Esta é a questão. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

LEANDRO, Andressa Barbosa de Farias. **Do melhor possível ao sempre alerta: disciplinando corpos e construindo identidades no escotismo em Campina Grande-PB (1980-1990)**. 2014. 171 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, PB, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/242>. Acesso em: 02 set. 2024.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 set. 2024.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Questão das Diferenças: por uma analítica da normalização. In: **Congresso de leitura do Brasil**. 2007. p. 10-12. Disponível em: https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 02 set. 2024.

OLIVEIRA, José Ricardo Cabidelli. **Movimento Escoteiro: a vida de Baden-Powell e o nascimento do escotismo (1907-1908)**. 2011. 43 f. Monografia (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, ES, 2011. Disponível em: <https://escoteiros.org.br/wp-content/uploads/2020/09/MOVIMENTO-ESCOTEIRO-A-VIDA-DE-BADEN-POWELL-E-O-NASCIMENTO-DO-ESCOTISMO.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. A teoria queer e a Reinvenção do corpo. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, v. 27, p. 469-477, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/G6SYh9s6JvVSKkYgYsm85xq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 02 set. 2024.

PINA, Inês Pereira. **O design enquanto instrumento de transformação social: Estudo de caso: sistema de insígnias de inspiração escotista como forma de inclusão e diversidade LGBTQI+**. 2022. 309f. Dissertação (Mestrado em Design Gráfico) – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Arte e Design, Caldas Rainha, 2022. Disponível em: <https://iconline.iplleiria.pt/handle/10400.8/7560>. Acesso em: 02 set. 2024.

RAMO Escoteiro. **Escoteiros do Brasil**, [S.l.], 2024a. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/ramo-escoteiro/>. Acesso em: 02 set. 2024.

RAMO Lobinho. **Escoteiros do Brasil**, [S.l.], 2024b. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/ramo-lobinho/>. Acesso em: 02 set. 2024.

RAMO Pioneiro. **Escoteiros do Brasil**, [S.l.], 2024c. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/ramo-pioneiro/>. Acesso em: 02 set. 2024.

RAMO Sênior. **Escoteiros do Brasil**, [S.l.], 2024d. Disponível em: <https://www.escoteiros.org.br/ramo-senior/>. Acesso em: 02 set. 2024.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; BEZERRA, Ada Augusta Celestino; ANDRADE, Lucas Cabral Goes de. Educação Escoteira: aspectos da formação na Escola de Baden-Powell. **Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional**, v. 11, n. 1, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/enfope/article/view/9129/3595>. Acesso em: 02 set. 2024.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; FELDENS, Dinamara Garcia. De lobinha a pioneira: cartografias de linhas e conceitos que produzem subjetividades de mulheres no escotismo. *In*: FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013a. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381509030_ARQUIVO_AldeniseCordeiroSantos.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; FELDENS, Dinamara Garcia. O “Scouting for Boys” abre para mulheres: a implantação da co-educação no escotismo brasileiro. **Cadernos De História Da Educação**, v. 12, n. 2, 2013b. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/25012/14336>. Acesso em: 02 set. 2024.

SANTOS, Aldenise Cordeiro; LESSA, Livia Lima; SANTANA, Anthony Fábio Torres. Mulheres nas tropas escoteiras: um movimento para pensar a co-educação no Escotismo. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 5., 2011, São Cristóvão. **Anais eletrônicos**. São Cristóvão: EDUCON, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10511/25/139.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental:** pistas teóricas e metodológicas. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009. Disponível em: [Analise_Documental-libre.pdf \(d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net\)](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net). Acesso em: 02 set. 2024.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL (UEB). **Projeto Educativo dos Escoteiros do Brasil:** educação para vida. Curitiba: UEB, 2021a. Disponível em: https://www.escoteiros.org.br/wp-content/uploads/2021/09/ProjetoEducativo_2021.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

UNIÃO DOS ESCOTEIROS DO BRASIL (UEB). **Resolução DEN 4/2021:** Define o uso do nome social na União dos Escoteiros do Brasil (UEB). Curitiba: União dos Escoteiros do Brasil, 2021b. Disponível em: https://escoteiros.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Resolucao_DEN-04-2021.pdf. Acesso em: 02 set. 2024.

ANEXOS

ANEXO A – TABELA DOS TRABALHOS SELECIONADOS

Repositório	Tipo de Trabalho	Ano	Referência
Google Acadêmico	E	2011	SANTOS, Aldenise Cordeiro; LESSA, Livia Lima; SANTANA, Anthony Fábio Torres. Mulheres nas tropas escoteiras: um movimento para pensar a co-educação no Escotismo. <i>In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE</i> , 5., 2011, São Cristóvão. Anais eletrônicos . São Cristóvão: EDUCON, 2011.
	E	2013	SANTOS, Aldenise Cordeiro; FELDENS, Dinamara Garcia. De lobinha a pioneira: cartografias de linhas e conceitos que produzem subjetividades de mulheres no escotismo. <i>In: FAZENDO GÊNERO</i> , 10., 2013, Florianópolis. Anais [...] . Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
	D	2014	CARVALHO, Samara dos Santos. O Movimento Bandeirantes e as relações de gênero no contexto social brasileiro do século XX . 2014. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2014.
	D	2014	LEANDRO, Andressa Barbosa de Farias. Do melhor possível ao sempre alerta: disciplinando corpos e construindo identidades no escotismo em Campina Grande – PB (1980-1990) . 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014.
	D	2022	PINA, Inês Pereira. O design enquanto instrumento de transformação social: Estudo de caso: sistema de insígnias de inspiração escotista como forma de inclusão e diversidade LGBTQI+ . 2022. 309f. Dissertação (Mestrado em Design Gráfico) – Instituto Politécnico de Leiria, Escola Superior de Arte e Design, Caldas Rainha, 2022.

Legenda: D – dissertação; E – trabalho publicado em evento;



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br